

TEXTO PARA DISCUSSÃO



**Socioeconomia solidária. Marco
conceitual latino-americano**

Armando de Melo Lisboa

Nº 02/2004

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SOCIO-ECONÔMICO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Universitário – Trindade
500 – Florianópolis – Santa Catarina
Telefone: (48) 331.9458 – Fax.: (48) 331.9776

Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano

Armando de Melo Lisboa
alisboa@matrix.com.br

1. Terceiro setor? Economia Social?

1.1. O poder do conceito.

Para denotar o amplo e heterogêneo campo abrangido pelas organizações privadas sem fins lucrativos com finalidades públicas; voluntariado; formas tradicionais de ajuda mútua; cooperativas e organizações econômicas populares e solidárias; ONGs e ações de filantropia empresarial, uma imprecisão conceitual atualmente se estabelece entre as noções de Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular e Socioeconomia Solidária. Urge uma rigorosa clarificação conceitual, a qual, nos restritos limites deste trabalho, procuraremos realizar.

No mundo europeu, especialmente na Europa Latina, predomina a categoria **Economia Social**,¹ sendo que nele surge, mais recentemente, a expressão **Economia Solidária**, difundida especialmente com a obra organizada por Laville (1994/2001), ou mesmo **Economia Social e Solidária**. Alguns (como os trabalhos do Centro de Informação e Documentação Europeu de Economia Pública, Social e Cooperativa – CIRIEC), inclusive, usam indistintamente estes conceitos, juntamente com o de terceiro setor, revelando uma grande confusão intelectual. De acordo com Jeantet (1999: 22), há também uns que vêem a economia social como um terceiro setor (gerando uma derivação economicista da mesma, afirma Laville), enquanto para outros a economia social é vista como ES. De qualquer modo, predomina a compreensão de que a economia social é um setor da economia.

A origem da denominação Economia Social – cunhada por Dunoyer (1786-1862) em 1830², e difundida por C. Gide, 1847-1932; Edgar Milhaud, 1873-1964 e muitos outros – é inseparável da história do movimento operário europeu e de sua tradição mutualista e cooperativista, buscando integrar o social à lógica econômica. Designa uma perspectiva analítica alternativa tanto ao enfoque neoclássico, quanto às correntes institucionalista e marxista (Chaves, 1997). Segundo Desroche (1983), o rótulo “*économie sociale*”, por identificar diversas realidades, é de difícil definição, pois foi utilizado ao longo do século XIX tanto por socialistas (Constantín Pecqueur, 1801-87; François Vidal, Benoit Malon, 1841-93), como social-cristãos (Frédéric Le Play) e mesmo liberais (Charles Dunoyer, Frédéric Passy). Todas estas correntes, sensibilizadas com o custo humano da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social.

O termo Economia Social originalmente explícita, portanto, a afirmação de uma economia imbricada com o social, a recusa do economicismo e da autonomização do econômico face à sociedade, bem como tem uma forte conotação política: expressa um modo de transformação do capitalismo a partir da auto-organização dos produtores e consumidores que se contrapôs à via marxista de tomada do poder estatal. Vale lembrar o rótulo que marcou depreciativamente esta visão alternativa de organização econômica e social: socialismo utópico.

Todavia, aos poucos, especialmente a partir do momento em que se estabelece a equivalência entre economia capitalista e economia moderna dentro da ciência econômica, a economia social deixa de ser confundida com a economia política, separando-se da mesma. Neste momento passa-se de uma posição de contestação da economia política para o reconhecimento de sua complementaridade com

¹ Jeantet (1999: 36) indica que 30% da população da União Européia é membro duma organização da economia social. Outras apreciações atuais da economia social na Europa tanto em termos conceituais quanto na sua concretude encontramos em Chaves (1997; 1999); Defourny et al. (1998); Monnier e Thiry (1997); Pérez F. (2002); Montolio (2002); e por Barea e Monzón (s.d.).

² Charles Dunoyer publicou em 1830 a obra *Novo tratado de economia social*

a economia social (esta foi a evolução de Gide, afirma Laville). “*Anteriormente confundida com economia política, a economia social dela se separa, se inclinando sobre as intervenções necessárias para corrigir os efeitos nefastos desta produção mercantil*” (Laville, 2001: 33). Indicativo desta mutação é o fato de Léon Walras (1834-1910), um dos principais fundadores do *mainstream* neoclássico, ter produzido no final do séc. XIX significativas obras sobre economia social.

Os estudos de economia social passam a se singularizar por se voltarem mais para os problemas redistributivos, abandonando o campo da produção. Com a derrota do movimento *oweniano* e a crescente assimilação das cooperativas às forças de mercado capitalistas, a dinâmica associativista também perde vigor e se integra à sociedade burguesa, descaracterizando sua forte conotação solidária e contestatória original. Isto não significou o desaparecimento do setor de economia social, mas sua sobrevivência subordinada e residual. De modo geral, hoje economia social é o campo constituído pelas sociedades de pessoas, e não de capitais (onde há divisão democrática do poder: cada pessoa é um voto), tais como as cooperativas, associações e entidades mutualistas. O surgimento atual da economia solidária recupera e sublinha aquela dimensão política de uma alternativa de organização do trabalho e da sociedade.

A busca por alternativas societárias mistura-se, em parte, com a idéia de uma terceira via, um outro caminho ainda não percorrido. A categoria terceiro setor sugere um terceiro sistema cujo ator principal agora é o Cidadão (ou seja, o poder do povo), contrastando com o poder do Príncipe (sistema Estado) e com o poder do Mercador (sistema mercado) – conf. Wolfe (1991). Neste Terceiro Sistema o Cidadão, o Mercador e o Príncipe (um esquema triádico) não estão rigidamente separados, não são esferas independentes regidas por suas próprias lógicas internas (ainda que possa-se diferenciar entre a racionalidade instrumental da ação econômica e política, e a racionalidade comunicativa presente no mundo da vida, conforme os conceitos *habermasianos*).

Apesar do conceito de economia social ser mais que centenário, apenas recentemente, renominado como Terceiro Setor, é que está sendo objeto de maior atenção (Monzón Campos, 1997: 116). Trata-se de uma espécie de vertente privado-empresarial da Economia Social, a qual se distingue, apesar de também se entrelaçar (seja através de ações conjugadas, seja pela convergência para uma mesma racionalidade), das vertentes cidadã-cooperativista e estatal. Ainda que haja quem defenda a tese de que o 3º setor é, em verdade o primeiro, ou que recorra a analogia deste com o Terceiro Estado da França pré-revolucionária, não é esta a origem deste conceito. Como sabemos, na França pré-revolução de 1789, o 3º Estado designava aqueles que não dispunham dos privilégios da nobreza e do clero, ou seja, todo o povo.

Em verdade, uma mutação conceitual se estabelece, uma vez que a terminologia “3º Setor” tem um caráter mais despolitizado e deriva da literatura norte-americana, na qual duas outras expressões também se destacam – “organizações sem fins lucrativos” e “organizações voluntárias”. Conforme sua principal definição acadêmica (Salamon; Anheier, 1992), este setor é composto por organizações com as seguintes características: 1) são formais e institucionalizadas; 2) são privadas e independentes do governo; 3) não distribuem lucros; 4) se autogerenciam; 5) possuem um grau significativo de participação voluntária.

Aplicada para a realidade dos países periféricos, esta classificação visualiza apenas a ponta do *iceberg*, excluindo um mar de iniciativas informais, observa Fernandes (1994). De qualquer modo, este conceito está permitindo vislumbrar e valorizar um largo campo de atividades normalmente ignorado pelas estatísticas, permitindo ampliar o entendimento do que seja a “coisa pública” (Fernandes, 1994: 128).

A aceitação do conceito de 3º setor beneficia-se da retomada de uma compreensão de que o espaço público transcende o estatal, a qual tem raízes ideológicas heterogêneas, pois é afirmada por Rousseau, pela tradição anarquista e pelo cristianismo social. Encontra-se aqui ecos da clássica

distinção grega de situar entre a esfera privada (o *oikos*) e a pública (a *eklesia*, local onde se discutia os assuntos da *pólis*), a *ágora*, uma esfera pública/privada que mantinha juntas os dois extremos.

Mas quando se designa esta realidade com o conceito de terceiro setor, está-se retirando dela sua força contestatória. A linguagem não somente exprime, mas também cria a realidade, ou seja: os conceitos são instrumentos de poder simbólico e, portanto, construtores de poder social. O conflito de conceitos é parte de uma luta mais ampla pela condução das profundas transformações do tempo presente. Toda categoria teórica está numa permanente construção, permitindo desconstruções e releituras. Entretanto, em que pese existir no debate sobre o 3º setor as mais diversas perspectivas teóricas, de fato o conceito de terceiro setor está apropriado por uma vertente conservadora, donde aliás se origina, remetendo, portanto, a um campo delimitado ideologicamente.

Mesmo diante das transformações societárias que denotam uma realidade crescentemente interativa e reconhecendo a importância econômica deste confuso e heterogêneo setor sem fins lucrativos, não podemos ingenuamente idealizar este “setor emergente”, considerando-o simplesmente como a “oitava economia mundial”, agente de uma “*revolução associativa global que pode tornar-se tão significativa para o fim do século XX quanto a emergência do Estado-nação o foi para o fim do século XIX*” (Salamon, 1998b: 5). Traduz este conceito, efetivamente, uma potente lógica nova, capaz modificar o capitalismo?

Assim como os fundos de pensão e aposentadoria³ dos trabalhadores (com patrimônio de US\$ 8 trilhões, representando 72 % das poupanças norte-americanas e donos de 30% do mercado de valores) e o sistema cooperativo⁴ foram absorvidos pela lógica capitalista e são incapazes de gerar uma alternativa societária, não estaremos diante de um “setor” com o mesmo perfil, impotente para modificar profundamente o sistema capitalista?

Como destaca Salamon, a marca registrada do 3º setor nos Estados Unidos é a colaboração com o governo, não havendo tradição de hostilidade com as empresas privadas, sendo que o apoio estatal provê aproximadamente 1/3 das receitas das organizações civis norte-americanas, enquanto que 18 % provêm de fontes privadas (o restante são recursos provenientes dos seus próprios serviços). Ainda que tenha um alcance muito ampliado, o que o faz perder valor heurístico e banaliza-o, do Terceiro Setor estão excluídas, entretanto, as organizações políticas. Para Montañó (2002) é sintomático do caráter ideológico deste conceito que nas principais classificações do 3º setor estejam injustificavelmente ausentes os sindicatos e movimentos sociais contra-hegemônicos, como o MST. Em contrapartida, predomina um enfoque operacional que acentua o aspecto da gestão profissionalizada das organizações civis, buscando-se acriticamente, para o “setor independente”, padrões de eficiência gerencial semelhante aos do campo empresarial.

O fato fundamental em tela é que ele é o terceiro, agindo como um setor funcional, suplementar e complementar da economia e do poder estatal, a eles subordinado. Seu sentido é atuar onde o Estado e o Mercado são incapazes ou inadequados. Expressa uma forma de pensar a solidariedade enquanto filantropia, onde a dimensão do político é negada. Por não buscar fundar uma outra forma de regulação social, reduz-se a possibilitar apenas o convívio “solidário” entre classes desiguais.

Não resta dúvida de que o crescimento da noção de responsabilidade social empresarial é uma resposta relativamente “despolitizadora” que se ajusta ao presente momento de hegemonia neoliberal (e de maior protagonismo empresarial) que corrói a própria idéia de justiça e de direitos

³ Da mesma forma no Brasil poderíamos citar o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), maior estoque de recursos financeiros do país (cerca de US\$ 16 bilhões), que teoricamente pertence aos trabalhadores.

⁴ Estima-se que no Brasil o setor cooperativista é responsável por 5% do PIB. O crédito cooperativo também possui relevância econômica. Exemplo significativo vem da Alemanha, onde existem 3.601 cooperativas de crédito e 2.017 cooperativas mistas, um banco central cooperativo e seis bancos regionais cooperativos. O sistema inteiro controla US\$ 193,8 bilhões em depósitos e US\$ 141,8 bilhões em empréstimos, contando com 10,7 milhões de clientes e sócios (Arruda, 1997: 26).

sociais. Neste contexto em que o Estado é pressionado para desobrigar-se de investimentos em proteção social, a inserção social do capital evita a agudização das contradições sociais. Avalia Wallerstein (2001b) que a burguesia, diante das inevitáveis transformações sistêmicas na direção de uma ordem social incerta mas provavelmente mais igualitária, busca ela própria, através de uma roupagem mais social, conduzir o processo e encontrar formas econômicas alternativas que preservem a essência do seu poder.

Entretanto, também é verdadeiro que hoje questiona-se profundamente a hegemonia da razão economicista, redefinindo-se as fronteiras entre o econômico e o social, pois, diante do aumento dos riscos sociais e ambientais, os cidadãos/consumidores tornam-se mais exigentes ética e ecologicamente. Num mundo onde 51, das 100 maiores economias, são empresas, a “responsabilidade social empresarial” não é irrelevante nem desprezível, podendo representar uma conquista política da sociedade civil e significar uma relevante preocupação para com a limitação do crescente poderio destas mega-organizações empresariais. Se, de fato, o mercado se inclina para o oportunismo, a evasão e dispersão das responsabilidades, o conceito de responsabilidade social se encontra na contramão destas tendências, oportunizando uma regulação social sobre o mesmo.

1.2. Inverter Tocqueville

Perfaz deveras interessante constatar a redescoberta por parte da intelectualidade contemporânea do longamente ignorado “3º Setor”. Citando canonicamente A. Toqueville, a bibliografia sobre o terceiro setor sempre o associa, em geral, com as formas associativistas cívicas típicas do modo de vida norte-americano, cujas tradições são exaltadas. Também é largamente debatida a obra de Putnam e sua descoberta da vital importância do capital social para o desenvolvimento diferenciado de determinadas regiões da Itália. Porém, em geral é esquecida por parte desta literatura a obra de Sorokin e seu Centro de Pesquisas do Altruísmo que organizou em Harvard; bem como a reflexão de M. Mauss sobre a dádiva não é considerada; ou ainda C. Gide e a corrente solidarista permanecem ignoradas.

Efetivamente não temos na América Latina (e Brasil) uma forte tradição de associativismo solidário de tipo moderno, em particular de mecenato⁵, pelo contrário: aqui os empresários sentiam-se livres para praticar um capitalismo selvagem. Isto se deve por inúmeros fatores históricos, entre os quais a circunstância de que nunca tivemos uma significativa tributação sobre herança. Também nossa condição neocolonial fez com que nossos industriais, sendo sócios de multinacionais, se contentassem com as tecnologias advindas dos laboratórios das matrizes, nunca demonstrando interesse em colaborar filantropicamente com nossas universidades.

Entretanto, é preciso inverter Tocqueville, argumenta A. Cortina (1994), uma vez que hoje o capitalismo de matriz norte-americana exacerba o individualismo possessivo e solapa os modos de vida comunais. Enquanto que Rifkin e outros não cessam de proclamar pela necessária restauração da comunidade e do capital social, nos países do Sul, em geral, as formas tradicionais de solidariedade social fundadas nas relações de parentesco e nos laços comunitários sempre se mantiveram vivas. Num contexto de políticas sociais ineficientes e excludentes, elas sempre ocuparam um lugar decisivo na sobrevivência da população carente.

Por exemplo, em Florianópolis, cidade onde resido, temos a presença da Irmandade do Senhor dos Passos (que administra o mais antigo hospital de Santa Catarina, o também bicentenário Hospital de Caridade), fundada em 1765; da Irmandade do Divino Espírito Santo, criada em 1773; e da Irmandade do Rosário formada pelos ex-escravos ainda em meados do século XIX. Registre-se que estas organizações religiosas não surgiram devido à benefícios advindos do Estado, como foi o caso das primeiras organizações não lucrativas dos Estados Unidos.

Em nossas sociedades periféricas as formas de ajuda mútua não pertencem ao passado mas possuem muita vitalidade. Basta ter presente que na cidade do Rio de Janeiro somente as religiões mediúnicas (kardecismo, umbanda e candomblé) organizam em média, na última década, um centro religioso a cada três dias, enquanto que as igrejas evangélicas ao longo de 1992 criavam 6 novos templos por semana (Fernandes, 1994: 113, 124). É bom lembrar que, em geral, cada templo religioso desenvolve pelo menos um projeto social. A sociedade civil formalmente constituída é apenas a pontinha visível do *iceberg*. Precisamos olhar mais abaixo da linha d'água (Fernandes, 1994). Terceiro setor? Nunca é demais recordar da sociabilidade original: sem confiança e reciprocidade, não é possível a vida social. Na dádiva encontramos a gênese do laço social (Caillé, 1998; 2002).

Como vemos, o terceiro setor compreende atividades sociais muito antigas. O fato de somente agora estarem sendo vislumbradas é semelhante à descoberta tardia no início dos anos 70 por parte dos intelectuais (economistas, particularmente) da existência de uma economia informal que, escancarada nas ruas, garantia a sobrevivência dos mais pobres. Aliás, assim como o modo de vida dos mais pobres sempre esteve imerso numa rede social e de solidariedade mais ampla, também o dito terceiro setor aqui é expressão de uma antiga cultura solidarista que, pelo predomínio de uma

⁵ Das cerca de 40 fundações, institutos e programas de filantropia empresarial de todo Brasil filiadas ao GIFE, cerca de 60% surgiram após 1980 (Fernandes, 1994: 100).

perspectiva modernizante e economicista, era até pouco incompreendida e invisível aos olhos dos cientistas sociais. Aos poucos deixamos (os intelectuais) de estar ofuscados pelo clarão da racionalidade moderna e vamos enxergando aquilo que o racionalismo das luzes não permitia ver: que as expressões de solidariedade continuam a se manifestar, ainda que apresentando novas formas.

Aliás, nossos intelectuais que hoje se encantam com a beleza das tradições norte-cêntricas, através do debate sobre a emergência e significado do “terceiro setor” quem sabe ainda descobrirão a força das nossas tradições populares do mutirão e de solidarismo, reconhecendo a permanência das bases de uma outra racionalidade na índia-afro-ibero América, recuperando os olvidados debates sobre o Tropicalismo, a utopia antropofagista, nosso *ethos* barroco, reencontrar com autores desconhecidos como C. Cascudo, C. Caldeira e muitos outros. Nossas forças comunitárias nunca foram consideradas nos planos de desenvolvimento, pelo contrário: foram esmagadas! Nossas elites adotaram um modelo de desenvolvimento que desvalorizou nossas tradições, processo que Temple (1986) denominou de “economicídio” – a substituição das estruturas tradicionais de reciprocidade pelas ocidentais de mercado. A imensa exclusão social (a maior desigualdade do mundo) é simplesmente o outro lado da moeda de uma sociedade colonizada, construída institucionalmente sem o povo, sempre mantido subjugado.

1.3. O reencontro do capital com sua alma perdida.

O reconhecimento da presença de uma economia social dinâmica e com força crescente pode ser enquadrado dentro do atual florescimento da ética na economia⁶, a qual é apenas a última onda da ampla corrente de retomada da ética na sociedade. Saímos do extremo da falta de orientação moral (da absolutização da ética da utilidade) para o ressurgimento dos fundamentalismos. Entre estes extremos, alguns propugnam a ética da responsabilidade e do cuidado, outros uma ética para náufragos, enquanto que para muitos se afirma uma solidariedade pragmática, calculada, modesta.

A mudança ética, nos valores, é o passo primeiro para um cambio substantivo, ainda que para ser verdadeira tenha que ser acompanhada dos passos subsequentes. A emergência do tema da “responsabilidade empresarial social” é uma mudança de mentalidade que sinaliza uma transformação ética mais profunda que hoje transcorre no tecido social e que também faz emergir com força a perspectiva da solidariedade⁷. Não há que descartar ou desqualificar esta incipiente mudança no discurso empresarial, mas reivindicar sua coerência.

Em parte esta contemporânea afirmação da importância central dos valores decorre de que nossa civilização se confronta cada vez mais com ameaças que colocam em risco a própria sobrevivência, e com a constatação de que o enfrentamento deste desafio depende mais das inovações sociais e institucionais do que das inovações tecnológicas, as quais avançaram muito mais rapidamente que as primeiras, gerando um perigoso descompasso.

Em primeiro lugar, o óbvio: as empresas, como qualquer atividade social, necessariamente possuem uma dimensão ética (resta saber qual, pois se todos são morais, não o são de forma igual nem única ao longo do tempo), sendo incapazes de se situar em um mundo amoral. Já na gênese da Economia Política, a mordaz ironia de J. Swift (1729/1993) denunciava o absurdo de uma razão econômica amoral. Não se sustentam, portanto, os pressupostos neoclássicos que, em nome da competição perfeita, descartavam quaisquer esforços éticos no mundo empresarial. Entretanto, assim como na

⁶ A concessão do Nobel de Economia de 1998 para A. Sen e a assimilação do conceito de Desenvolvimento Humano representa um dos sinais mais visíveis deste fenômeno. Outras evidências também são também o crescimento das redes de comércio justo; das experiências de um “dinheiro ético” gerado através de clubes de troca; e, é claro, todo o atual debate sobre a economia solidária.

⁷ A importância disto é reconhecida por Betto (2000: 26): “*alguma coisa está mudando neste país onde uma empresa está preocupada com o crescimento da consciência cidadã*”. O debate sobre empresa cidadã encontramos em Lisboa (1999a) e Paoli (2002), entre outros.

novela Frankenstein acaba possuindo vida própria, no mundo dos negócios configurou-se uma cultura empresarial movida apenas pela lógica do máximo lucro no prazo mais curto possível, onde vigora valores do tipo “amigos, amigos, negócios a parte”. Estamos diante do fenômeno já vislumbrado por Polanyi como “*economies are produced by economics*”, ou seja: a economia como disciplina não descreve o mercado, mas antes o prescreve!

Hoje, tanto no discurso e práticas empresariais quanto no acadêmico, o pressuposto simplificador do *homo economicus* é revisto, surgindo diversas correntes, dos mais variados matizes ideológicos, que advogam um pensamento econômico impregnado de inelutáveis componentes éticos. Em 1987, 75% das 300 maiores empresas norte-americanas já possuíam códigos internos de conduta que buscavam fazer progredir os comportamentos éticos nas empresas. A empresa está em busca de uma alma, constata Lipovetsky (1994). Dilemas de consciência? Talvez, pois assim os mais ricos podem conseguir paz espiritual para dormir tranquilamente. Ou, mais pragmaticamente, é uma forma de responder a ameaça proveniente de um mundo de miseráveis.

Esta preocupação social empresarial e o fenômeno do surgimento do mecenato nada tem de idealista, mesmo porque ele ocorre numa época individualista e de acirrada guerra econômica entre os capitais, o que aparentemente é paradoxal! Não tenhamos ilusões: não se trata de uma solidariedade pura e desinteressada, mas de uma visão instrumental onde “a ética é um bom negócio”.

As críticas de que o comportamento ético no mundo dos negócios apenas serve à imagem da empresa e são puro cinismo em parte são válidos, mas não desqualificam completamente o mesmo. Ainda que não seja puro moralmente – devemos nos precaver contra uma enferma ânsia de purismo, uma vez que a vida política e moral se desenvolve no mundo da existência e da contingência, não no das essências puras (Díaz, 1995: 174) – a ética empresarial calcula o ganho do seu interesse privado num quadro que considera o interesse coletivo e no qual o ganho não se restringe à empresa em particular mas propõe um jogo cooperativo de soma não zero e positiva.

É claro que, até prova dos fatos, não podemos dispensar o benefício da dúvida! Porém, não se pode também desvalorizar esta forma utilitarista de instrumentalizar a solidariedade, pois é melhor do que a indiferença moral do individualismo soberano e irresponsável (Lipovetsky, 1994). O fato da exigência da solidariedade ser assumida pela lógica do mercado e ser vista numa perspectiva utilitarista, não quer dizer que esta mudança no comportamento empresarial não seja para melhor. Saímos da fase do egoísmo arrogante para um individualismo mais responsável.

Ou seja: voltamos a descobrir que individualismo não significa, necessariamente, egoísmo total, niilismo generalizado, o que já tinha sido apontado há mais de 50 anos por E. Mounier em sua reflexão sobre o personalismo. Trata-se de distinguir entre individualidade (pessoa autônoma e com capacidade de auto-reflexão) e individualismo (indivíduo solipsimista, autista). Rompidas as grandes solidariedades de classe fundadas nos grandes projetos políticos, supera-se a antinomia entre um individualismo radical e possessivo, e a solidariedade como princípio absoluto (heroísmo ético). A ânsia purista é doentia e perigosa, pois a vida política e moral se desenvolve numa realidade contingente.

Esta reconciliação dos negócios com a ética não se faz na perspectiva de um retorno à velha moral, mas na ótica da transformação da ética num meio de gestão, tornando-a um auxiliar para o sucesso da firma. Ainda que no mundo empresarial a solidariedade não possa considerar-se como um imperativo categórico, não se trata de ornamento vazio. Se do ponto de vista kantiano uma solidariedade interessada não tem nenhum valor moral, esta é a forma de solidariedade possível no mundo da empresa, uma solidariedade fragmentada e instrumental (Lipovetsky, 1994). Reabilita-se aqui a finalidade real da empresa, que se não é gerar o bem moral sempre e em todas as partes, tampouco tem por finalidade principal o lucro, o qual é reenquadrado enquanto meio para se

alcançar a missão empresarial: a inovação e a criação eficiente dos produtos que a sociedade necessita.

Contemporaneamente uma grande empresa já não pode considerar-se um agente econômico puro. Já não vende apenas produtos, mas também deve administrar sua relação com o público – sua marca é seu maior valor. A legitimidade da empresa não está dada, mas carece de ser construída através do marketing dos valores (Lipovetsky, 1994).

Atrelar à marca uma imagem ética é uma exigência estratégica da competitividade moderna. “Ao adotar uma postura cidadã, as empresas se tornaram mais lucrativas (...) A credibilidade passa a ser uma importante vantagem, um diferencial competitivo no mundo globalizado” (ibid.). Uma empresa que se pretenda competitiva hoje deve satisfazer não apenas aos acionistas, mas também a seus consumidores. Se em 1999 76% dos consumidores nos Estados Unidos preferiam marcas e produtos envolvidos com algum projeto social (Villela, 1999), pesquisa realizada em 2002 pelo Ministério do Meio Ambiente indica que 81% dos consumidores brasileiros se declararam motivados a comprar produtos fabricados de maneira ambientalmente correta (Teixeira, 2003: B-10). Em nossa sociedade individualista os consumidores querem afirmar sua identidade através do seu consumo, do consumo de produtos com sentido, orientado por valores⁸. “*Continuação da guerra econômica por outros meios, a estratégia ética destina-se a enriquecer o capital de marca*” (Lipovetsky, 1994: 303). O desenvolvimento do mecenato, de “*uma comunicação por procuração*”, justifica-se

“*num universo hiperconcorrencial, onde as batalhas comerciais se ganham no terreno da imagem, as publicidades comerciais e institucionais já não são suficientes para afirmar a personalidade da grande empresa*”. (ibid.).

Incrivelmente, a simultânea integração competitiva nos mercados globais num contexto de enfraquecimento do fordismo, tem gerado a necessidade de uma integração social das empresas. Isto porque se constata que os vínculos sociais sólidos entre elas e seu meio social originário não apenas alavancam diferenciais fundamentais de produtividade, como também que o sentimento de pertencimento à comunidade é que garante a legitimidade da identidade para a firma. Assim, “*por intermédio dos investimentos sociais, os círculos empresariais recuperam a sensação de pertencer à sociedade em sentido lato, rompendo o isolamento provocado pelo lucro apenas*” (Fernandes, 1995: 27).

As ações solidárias das empresas também motivam seus trabalhadores através da criação de focos de orgulho e reconhecimento social, contribuindo para criar adesão destes para com a firma. Entretanto, para além deste objetivo instrumental, para ser crível, a solidariedade para com o exterior exige uma solidariedade dentro da empresa; começa por uma política de negociação, participação e diálogo dentro da empresa. Mesmo uma empresa hierárquica envolve certo grau de confiança entre seus membros, pois só uma pequena porção do que as pessoas fazem pode ser objeto de um controle pormenorizado. A lealdade e a identificação não são alcançadas por puras transações contratuais monetárias e mercenárias, pois, como já esclareceu Simmel (1900/1977), o relacionamento mediado apenas pelo dinheiro dilacera os vínculos, levando a uma perda da capacidade dos seres humanos se ligarem uns aos outros, degenerando, empobrecendo e vulnerabilizando a condição humana. Ao produzir motivação, possibilitando inclusive reduzir custos de coordenação, o ético torna-se um elemento rentável.

As novas dinâmicas econômicas das redes da era do conhecimento trazem a sinergia da cooperação, possibilitando um jogo de soma múltipla onde todos ganham. A emergência da organização industrial em rede acentua a importância da coesão social como fator de dinamismo econômico. No pós-taylorismo a ação econômica eficiente requer, agora, a moralidade subjetiva dos seus agentes.

⁸ A orientação dos consumidores para produtos orgânicos e solidários (justos), não apenas abre mercados que deixam de ser alternativos e se tornam cada vez mais fabulosos, como também delimita e até ameaça determinados avanços do grande capital, em particular na tecnologia de alimentos (caso dos transgênicos).

Substitui-se o princípio da disciplina e obediência pelo da responsabilidade. Apenas através de uma gestão participativa e ética pode-se conseguir o necessário empenho de todos seus atores para que a empresa possa atingir a excelência com flexibilidade e qualidade (Lipovetsky, 1994).

Ora, esta racionalidade de responsabilização e de inserção cidadã da firma exige que a empresa cidadã seja uma organização democrática, ou seja, que o poder e a responsabilidade das decisões deveriam ser compartilhados por todos os seus integrantes. Efetivamente, a noção de empresa cidadã encontrará seu sentido pleno quando estender o princípio da cidadania à gestão das empresas, completando sua metamorfose da forma capitalista em direção a uma forma plenamente social de produção. No limite isto implica inseri-las no campo da economia solidária, pois uma autêntica empresa-cidadã somente poderá efetivar-se ao interior de organizações da economia social nas quais “uma pessoa = um voto”. Entretanto, ainda que a busca de uma alma por parte da empresa capitalista através da responsabilidade social empresarial indique uma significativa transformação na lógica econômica, as empresas cidadãs não se articulam no incipiente setor de economia solidária, até porque este não as reconhecem como membras do mesmo campo econômico, em que pese estabelecerem inúmeras parcerias.

As práticas de responsabilidade social são também uma exigência de uma época de hegemonia do neoliberalismo (que alçou os empresários para um protagonismo maior): se não fizerem isso, as empresas podem naufragar no caos social. Aliás, Keynes já demonstrou que a generosidade do capitalista deriva de que a miséria é ruim também para os ricos. “*Grande parte do atraso econômico no mundo pode ser explicado pela falta de confiança mútua*” (K. Arrow). Quando as normas de confiança e reciprocidade são substituídas pela guerra de todos contra todos, o efeito sobre a sociedade é devastador.

A crescente violência, conseqüência direta da extrema mercantilização da vida moderna (que, tornando o dinheiro a medida do homem, desmoralizou o valor da pessoa humana), vem travando o crescimento econômico da América Latina. Esta é a constatação do Banco Mundial (1997), o qual considera esta região a mais violenta do mundo (índice de homicídio de vinte por cem mil habitantes). A violência e criminalidade, que na região latino-americana são agravadas pelo ajuste estrutural das economias e conseqüente aumento da exclusão social, tem um efeito perturbador sobre as atividades econômicas, pois além de reduzir o estoque de capital físico e humano, erode os recursos sociais no combate à violência.

O egoísmo desmedido se esgota e deixa de ser útil. A não ser que consideremos como positivo o aspecto dos negócios que envolvem os serviços de segurança (na Colômbia as despesas com a proteção e os custos diretos decorrentes da atividade criminosa poderiam ser equivalentes a até 13 % do PIB; no caso brasileiro já equivalem a cerca de US\$ 28 bilhões, ou mais de 6 % do PIB). A sociedade está ficando prisioneira dos seus impasses. Os Estados Unidos, que se orgulham de serem mais competitivos e acusam os demais países de terem uma rede social muito cara, possuem quase 3% dos homens norte-americanos em prisões aguardando julgamento a um custo de US\$ 30 mil por ano por preso. “*Essa é a rede social lá: o Estado garante alimentação e vestimenta a essas pessoas*” (Rifkin, 1995: 22).

2. Conceituação.

“Quando nós criamos um conceito – ES – passa a ser usado como um instrumento de poder simbólico e, logo em seguida, de poder político. A luta pelo poder é uma luta também pelas palavras, pelos conceitos” (Luis Inácio Gaiger).

2.1. Nossa sorte são os pobres.

Se a crescente autonomia do capital para com a população trabalhadora revela um caráter trágico e destrutivo (fenômeno da exclusão), a crise da sociedade baseada no trabalho assalariado e contratual também desvela um processo de desmercantilização da força de trabalho (exatamente ao contrário do que ocorreu quando surgiu o capitalismo): não existem mais apenas “trabalhadores para o

capital". A perda da condição de mercadoria configura uma oportunidade, ainda que em meio a pobreza, de desamarrar as pessoas da estúpida lógica autotélica do capital: produzir riqueza para produzir riqueza. A tragédia da sociedade sem emprego também é uma oportunidade para reatualizar as possibilidades de emancipação humana, ao permitir o surgimento de produtores cuja finalidade não seja a satisfação das necessidades do capital, mas as necessidades integrais das pessoas. Apresenta-se, portanto, um potencial para emergir uma economia alternativa, composta de sujeitos autônomos, orientada mais pelo valor de uso que pelo valor de troca.

Por outro lado, a atual transição civilizatória faz emergir uma sociedade microativa, uma postura ativa e reflexiva por parte dos cidadãos. Se surgem nacionalismos xenófobos, racistas, encontramos também o surgimento de uma sociedade civil, de uma "cidadania emancipada". Multiplica-se uma ação cidadã construtora de alternativas concretas que capilarmente gera novos tecidos sociais. O aflorar do multiculturalismo, uma outra dimensão da mundialização, afirma as diferenças, as múltiplas identidades, permitindo a retomada das solidariedades comunitárias.

Na América Latina, Quijano denomina a este fenômeno de configuração de uma "*nova heterogeneidade estrutural*". Ou seja, ao invés do desaparecimento do setor tradicional em função de uma crescente homogeneização perpetrada pela "lógica do capital" (como previam as teorias otimistas do desenvolvimento e da modernização), assistimos a reconstituição de relações sociais de reciprocidade com a afirmação de padrões heterogêneos, onde

"o mercado existe em vinculação com a reciprocidade", uma vez que "a fábrica, o mercado, o dinheiro, são dominantes. Porém nem a fábrica tem desalojado o artesanato, nem o capital agrário à agricultura camponesa." (Quijano, 1989: 41).

O crescente desencanto ecológico com relação ao progresso em função da constatação de que as forças produtivas são também forças destrutivas, juntamente com a crise das formas estatistas do socialismo, contribui também para questionar a inevitabilidade do caminho industrializante. Atualiza-se, assim, o clássico debate de Marx e Engels com os narodniki russos (Lisboa, 1987), recolocando o potencial emancipador das práticas populares e dos empobrecidos, o que permite um novo olhar sobre as estratégias de sobrevivência.

A crise da transposição mimética dos modelos dos países industrializados, após os fracassos sucessivos das "décadas de desenvolvimento", permite não apenas questionar a própria idéia do desenvolvimento, como também visualizar a existência de diferentes e simultâneos caminhos para a sociedade. Afirma-se um pluralismo tecnológico, descobre-se que o amálgama das novas tecnologias com os saberes tradicionais (presente em especial na agroecologia) faz-se necessário tanto porque muitas das tecnologias "arcaicas" (especialmente no campo) já estão melhor adaptadas às condições ecológicas locais, quanto se requer aperfeiçoar as soluções encontradas pelos mais pobres como uma alternativa para a superação da miséria. A crescente legitimidade da ótica que percebe os pobres como sujeito ativo (capacitando-os a tomar iniciativas a favor de si mesmos, a incorporar seu próprio potencial produtivo desaproveitado), também permite reconhecer que não se pode mais basear a provisão da existência humana apenas no segmento internacionalizado da economia, nem continuar dando exclusividade nem prioridade no acesso dos recursos públicos aos já privilegiados setores de alto padrão tecnológico.

Muitas são as propostas em debate para a superação da crise contemporânea do ponto de vista da emancipação das maiorias: desde a de se redistribuir o estoque de emprego através da fórmula "trabalhar menos para trabalharem todos", socializando o potencial de tempo livre gerado pelas novas tecnologias (Aznar, 1995)⁹; até as propostas do direito à renda vitalícia conjugadas com o

⁹ Aos olhos de Singer (1998) a redução da jornada de trabalho é necessária mas insuficiente para reduzir a exclusão, pois não impede nem reduz a diversificação das relações de trabalho. Como o trabalho assalariado deixou de ser a única opção de emprego, a grande empresa opta por trabalho autônomo, subcontratado,

reconhecimento das atividades comunitárias (o “terceiro setor de economia social” que propiciaria, através das atividades voluntárias, o amplo volume de serviços necessários para a reprodução da vida social e que antigamente eram prestados pela “grande família” e que as instituições estatais não tem sido eficientes em gerar – Rifkin). O programa “bolsa-escola” é uma inovação brasileira que cabe aqui destacar. Mas, a superação da atual crise no sentido de um mundo mais humano (estabelecendo o novo pacto social necessário para a transferência dos ganhos de produtividade das corporações para a sociedade) não ocorrerá tanto sem atores sociais organizados e luta política (senão ficaremos apenas constatando o adeus ao trabalho e ao proletariado, enquanto fortalece-se o poder dos conglomerados), quanto sem a construção de um outro imaginário social, ou seja: não estamos a reduzir a problemática do sujeito à análise das classes. A construção de sujeitos políticos é também a construção de uma contra-hegemonia, de uma cultura.

De qualquer forma, as metamorfoses do trabalho têm permitido quebrar certas prisões conceituais que submetiam a discussão do trabalho à do emprego, nos levando a pensar a questão do trabalho para além da condição de mero fator de produção (força de trabalho). Agora podemos mais facilmente afirmar que vender sua capacidade de produção ao capital não é a única nem a mais livre maneira de se ganhar a vida, bem como melhor avaliar as possibilidades presentes na matriz ocupacional dos países periféricos, onde a maioria da sua população economicamente ativa nunca esteve formalmente inserida.

No primeiro mundo a desmontagem do Estado-providência tem gerado uma febril procura de novos mecanismos de solidariedade. Não podemos esquecer que os desafios que se apresentam para a periferia e semi-periferia em parte são diferenciados dos países capitalistas mais desenvolvidos. A crise derivada da reestruturação produtiva e da globalização econômica nos países periféricos é agravada pelo simultâneo colapso do modelo de substituição de importações. Além disto, como estes países nunca foram exatamente uma sociedade salarial, seus caminhos para construir a cidadania não são os mesmos que se apresentam para as sociedades que construíram sua base de integração no trabalho assalariado. Todo o grande esforço para inventar novas solidariedades nos povos do Sul tem um outro sentido, pois cabe aqui primeiramente re-conhecer – e em seguida apoiar – o que os mais pobres já vêm fazendo, uma vez que estes nunca dependeram do débil Estado-de-bem-estar. É isto que leva Milton Santos (2000) a afirmar que “*a sorte do Brasil são os pobres*”, ou que faz Negri e Hardt apresentarem os pobres como o denominador comum da multidão por serem livres como os pássaros e imunes à disciplina da fábrica (2001: 174-176)¹⁰.

Nesses países a construção de projetos alternativos exige considerar atentamente a profunda simbiose que existe nestas sociedades entre o arcaico e o moderno. Ainda persiste por parte das classes médias intelectualizadas (e das elites em geral) dos países periféricos, em particular, um arrogante preconceito para com o arcaico, para com nossas populações mestiças, caboclas, cafuzas, caipiras, manezinhas (no máximo consideradas como exóticas e objetos de estudos dos antropólogos). Inclusive o pensamento marxiano e engeliano, ao tratar depreciativamente os pobres como “rebotinho do proletariado” (in *O Capital*, 1863), como “*putrefação passiva da velha ordem*” (in *Manifesto Comunista*, 1848), sem dúvida contribuiu para que a esquerda também estigmatizasse os mais humildes. Como também esta incompreensão é derivada da enorme distância social que separa os mais pobres das classes médias universitárias nos países do Sul, agravada pela predominância de uma ciência social colonizada, alienada para com as nossas realidades e descomprometida com sua transformação (Martins). Cegos pelo clarão iluminista, com surpresa as

temporário, de forma que “*uma eventual redução da jornada possa não se traduzir em aumento do número de postos de trabalho assalariado. Ela pode até mesmo diminuí-lo*”.

¹⁰ “*A descoberta da pós-modernidade consistiu na reproposição do pobre como centro do terreno político e produtivo. O que houve de verdadeiramente profético foi a gargalhada pobre e livre como um pássaro de Charlie Chaplin quando, liberto de qualquer ilusão utópica e, acima de tudo, de qualquer disciplina de libertação, ele interpretou os ‘tempos modernos’ da pobreza, , mas ao mesmo tempo vinculou o nome do pobre ao da vida, uma vida liberta e uma produtividade liberta*” (Negri; Hardt, 2001: 177).

vezes descobrimos às Carolinas e Clementinas de Jesus, Chicos Mendes, Dona Pureza, Dona Geralda e Rigobertas Menchu¹¹, depois do devido reconhecimento internacional, é claro.

Há que reconhecer que do cotidiano das classes populares levantam-se não apenas grandes lideranças, mas também um círculo protetor de iniciativas econômicas autônomas (se observássemos melhor a dinâmica da sociedade brasileira, não precisaríamos recorrer às ciências físicas para compreender a teoria do caos e a geração da ordem a partir da desordem). As redes de solidariedade informais oferecem alguma proteção fora do mercado. Abaixo da linha d'água da formalidade jurídico-institucional “*encontramos bem mais do que a falta de lei. Não é um território vazio de valores ou de sociabilidade*” (Fernandes, 1994: 125).

Apesar do longo período de vigor das formas fordistas-industriais e da conseqüente hegemonia dos processos de mercantilização da reprodução da força de trabalho, as unidades domésticas mantiveram um papel significativo nesta reprodução. Há cerca de 30 anos os cientistas sociais "descobriram" que os pobres sobrevivem através de atividades próprias, e criaram o conceito de "economia informal". Alguns falam em "economia invisível", mas é um imenso mundo hiper-visível nas ruas de nossas cidades. Os setores populares vivem basicamente dos mercados locais e à margem dos grandes mercados, em que pese os vínculos de subordinação com os circuitos mais globalizados.

Recentemente descobertas pelos intelectuais e governos, as atividades que dão substrato à economia popular são, em verdade, muito antigas, porém não eram visíveis para o olhar regido pelos parâmetros da razão iluminista. A economia popular era (e continua sendo) incompreensível (e desvalorizada) pelos parâmetros da razão econômica-social dominante. O olhar iluminista (em especial o pensamento periférico, o qual tende a reificar ainda mais o moderno) sempre desqualificou as práticas mais tradicionais, nas quais em geral não existia o sentimento de insegurança com relação ao sustento da família. Nos países semi-periféricos, em particular, a acumulação capitalista não levou à desorganização da pequena produção mercantil: sempre tivemos um grande conjunto da população "sobrevivendo" às margens do mercado numa economia de "subsistência", subordinada sem dúvida.

A manifestação de novas formas de organização do trabalho (paradigma da acumulação flexível), tornando competitiva a pequena produção, reconfigura o papel da economia informal e da economia popular, gerando novas interpretações das mesmas. Para alguns o setor informal deixa de ser visto como *locus* do excedente da força de trabalho, passando a ser apontado como atalho para a modernidade. Para outros ele passa a ter maior relevância devido a sua funcionalidade as novas formas de submissão do trabalho. O atual estágio do capitalismo não apenas faz evidenciar a existência de uma economia solidária junto à economia popular (e mesmo fora da mesma), como também as revigora, em função da crescente indiferenciação entre produção e reprodução com a multiplicação do trabalho à distância e no domicílio (afetando a localização espacial das atividades produtivas, redesenhando os espaços urbanos e os comportamentos sociais).

¹¹ **Clementina de Jesus** (1902-1987) era empregada doméstica até 1964, quando, “descoberta”, consagrou-se como uma das maiores cantoras brasileiras de expressão internacional. **Carolina Maria de Jesus** (1914-1977), apesar de semi-escolarizada, revelou grande talento literário a partir da sua primeira obra, *Quarto de Despejo* (1960), diário de sua vida como favelada, traduzida para 15 línguas. Por percorrer nos últimos anos milhares de quilômetros no Norte e Nordeste brasileiros a procura de um irmão e de um filho que desapareceram em fazendas da região, **Pureza Lopes Loiola** (1943) recebeu em 1997, em Londres, premiação da Anti-Slavery International, a mais prestigiada ONG do mundo na luta contra a escravidão. **Maria das Graças Marçal** (1950), conhecida como Dona Geralda nas ruas de Belo Horizonte, recebeu em 1999 prêmio da UNESCO por liderar a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte. Quanto à **Xico Mendes** (1944-1988) e a **R. Menchu** (n. 1959), prêmio Nobel da paz, são personagens conhecidos universalmente que dispensam apresentações.

Hoje a imagem de impotência dos pobres é revista. As alternativas econômicas exigem que consideremos a existência "*de um saber popular em matéria econômica que não pode ser visto como pura alienação*" (Coraggio, 1996a).

O próprio conceito de "subsistência" é uma forma depreciativa de nomear as atividades produtivas dos pobres, induzindo a pensar que se trata de uma existência menor, estigmatizando – ao considerar ineficientes – modos de vida produtores de valor de uso relativamente auto-suficientes, mais eqüitativos e mais adequados ao ecossistema (pois desenvolveram, por exemplo, a policultura e não a monocultura mercantil).

A solidariedade é um conceito ausente dos manuais de economia. Mas, as relações comunitárias são muito fortes na "economia dos pobres". Sem elas não é possível entender como aqueles "tão pobres" logrem constituir uma economia operando com baixa produtividade recursos tão limitados – inclusive os descartados como obsoletos, ineficientes – e sem acesso ao crédito. Estes recursos se potencializam pela força da solidariedade, a qual, como um outro fator econômico, desencadeia uma sinergia comunitária.

As lutas dos pobres pela sobrevivência são também reconhecidas como lutas ecológicas (ao buscar manter o uso comunal dos recursos naturais fora da economia mercantil contribuem para um uso racional – não predatório – dos mesmos). Os estudos tem demonstrado a importância do conhecimento popular no manejo dos recursos naturais, que a manutenção da diversidade biológica (e da beleza paisagística) se relaciona diretamente com a permanência da população tradicional e com a preservação da diversidade cultural (Martínez A., 1998).

O crescimento da economia solidária é apenas uma dimensão de um processo muito mais amplo, é parte de uma mudança civilizatória, na qual a expansão do capital deixa de requerer a reprodução da maioria da população como base da sua própria reprodução, exigindo um novo contrato social. A ES não é uma alternativa pobre para pobres. Estrategicamente, o auto-centramento relativo dos agentes econômicos que tendem a ser excluídos pelas novas dinâmicas econômicas apresenta-se como uma oportunidade que permite a construção de uma economia subordinada à reprodução da vida e voltada para o sustento da comunidade. As atividades de sobrevivência dos mais pobres reinventam relações comunitárias, abrindo espaço para a solidariedade (inclusive internacional). Na medida em que são práticas que provêem a existência não regidas apenas pelos imperativos da eficiência material mas também pela esfera dos valores, elas permitem recuperar o sentido substantivo da reprodução econômica, ou seja, reintegrar a atividade econômica ao conjunto da vida social, ensejando uma nova sociabilidade.

2.2. O marco conceitual Latino-Americano.

Na América Latina é mais comum falar em **Sociedade Civil** e suas organizações para referir-se ao conjunto de entidades que se divisam do Estado e do mercado e que atuam para redefinir o desenvolvimento e a própria natureza do político. Nesta região, distinguindo-se do conceito de **Economia Informal** advindo no início dos anos 70 do séc. XX (e que refere-se à atividades individuais e mercantis de subsistência, desarticuladas de uma base social e fora da regulação institucionalizada, mera "sombra" da economia de mercado), surgiu mais recentemente o vocábulo **Economia Popular**¹². Esta identifica uma realidade ao interior dos setores pobres e marginais que

¹² Esta descoberta da economia popular surge com M. Santos (1970/1979); Tévoédjrè (1978/1981); Max-Neef (1982/1986); Hirschman (1984/1986); Soto (1986/1987); Left (1986/2000); Coraggio (1991; 1994); Martínez Alier (1992/1998), e Núñez. (1996). Milton Santos pode ser considerado o precursor da categoria economia popular, uma vez que esta retoma elementos centrais do que a três décadas já descrevia como "circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos". Mas o conceito de economia popular também se inspira nas reflexões de Proudhon, Kropotkin, Mumford, Polanyi, Lebert, I. Illich, M. Sahlins, F. Schumacher, Marcuse, Ul Haq (1934-1999) e Guerreiro Ramos, bem como na releitura que A. Quijano

nasce de um tecido social familiar e comunal, mas com a conotação de ser um setor diferenciado do estatal e capitalista, mais que uma estratégia de sobrevivência e de amortecimento das crises.

O difuso setor da economia popular possui a mais ampla ambigüidade e heterogeneidade, estando baseado no trabalho familiar, no trabalho por conta própria, artesanal, na auto-construção da moradia¹³, nos micro e pequenos empreendimentos, e na economia camponesa, constituindo um outro circuito econômico que não caminha para o desaparecimento nem para a desconexão com o mercado. Trata-se de uma dinâmica híbrida que combina a produção doméstica de valores de uso com a produção mercantil, se caracterizando também por conter a presença de relações de assalariamento.

Entretanto, existe um limiar entre a EP e a economia capitalista: o umbral é transposto quando uma unidade econômica ultrapassa sua condição de estar voltada para a reprodução ampliada dos seus membros e passa a buscar a acumulação em si (especialmente através de formas de apropriação do excedente com base na mais valia). O empreendimento típico da EP tem como característica singular a unidade entre produção-reprodução, nunca esteve submetido à normalização fordista, à acumulação compulsiva, nem tem por base a exploração do trabalho assalariado. Mas o divisor de águas não é

"a existência ou não de trabalho assalariado. Um empreendimento popular pode contratar trabalho assalariado não familiar para lograr o objetivo de reprodução ampliada da unidade doméstica. (...) Isto não significa que no interior da economia popular não haja exploração nem intercâmbio desigual, por exemplo sobre bases de gênero, idade ou etnia" (Coraggio, 1994: 64).

Mesmo existindo múltiplas formas organizativas de economia popular – desde a fundada nos vínculos familiares, no trabalho independente, nas pequenas oficinas cooperativas, até formas mais capitalistas)¹⁴ –, ela se caracteriza, de modo geral, por uma forte identidade que nasce da mesma experiência comum: as pessoas na economia popular estão mais vinculadas ao Trabalho do que ao Capital. Existem na economia popular embriões do que pode ser uma economia solidária, pois nas práticas dos setores populares encontramos uma racionalidade econômica fundada no trabalho e na cooperação.

Mas há que distinguir. Os experimentos solidários em curso exigem uma conceituação adequada: não podemos confundir com o setor da economia informal, ou com o setor da EP, aquele conjunto de pessoas que se dedica à atividades econômicas fundadas numa dinâmica mutualista, com a mínima presença de relações de assalariamento, e que dependem da contínua realização do seu próprio fundo de trabalho para sua reprodução. Estas últimas, denominadas de **Economia Popular Solidária** (EPS) ou mais amplamente de ES, são atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas (ou seja, nelas tem grande peso os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas) e muitas vezes realizadas por grupos de mulheres, não motivadas pela idéia de maximização do lucro (o que não significa que este não esteja presente, renominado), não

estabeleceu sobre a pobreza urbana na AL nos anos 60, quando investigador da CEPAL em Santiago. Uma definição de Economia Popular encontramos em Lisboa (1997).

¹³ 61% do consumo de cimento no Brasil é realizado pelos auto-construtores de casa (conf. Gazeta Mercantil, 8.02.96). Estima-se que 20 milhões de brasileiros, responsáveis por 80% das ocupações de trabalho do país, movimentando 30% do PIB nacional, compõem o setor de economia popular. Não obstante, os empreendedores populares não possuem um marco legal que regule e apoie esta forma de economia.

¹⁴ Para Razeto (1993: 36-37) a economia popular possui 5 componentes: 1) Microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios; 2) Organizações econômicas populares (pequenos grupos solidários); 3) Iniciativas individuais informais (pequeno comércio ambulante, serviços domésticos de jardinagem, pintura, limpeza ..., guardadores de carros, catadores de sucata etc.); 4) Atividades ilegais e pequenos delitos (prostituição, pequenos pontos de venda de droga ...); 5) Soluções assistenciais e inserção em sistemas organizados de beneficência pública ou privada, (como mendicância, participação em serviços orientados para a extrema pobreza, etc.).

totalmente sujeitas ao mercado (mas interagem com o mesmo, reformatando-o) e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma auto-sustentável (sem depender das redes de filantropia). Não há que romantizá-las, mas tampouco depreciá-las ou superá-las buscando alcançar o *topos* da matriz iluminista da modernização ocidental.

O que caracteriza a EPS, insistimos, não é a condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a responsabilidade maior pela evasão fiscal), ou estarem desvinculados do mercado, mas sua condição de estar voltada para prover o sustento do grupo (experiência associativa) sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. Por isto não podemos confundi-la com uma espécie de "capitalismo popular".

Especialmente a partir da difusão da extensa contribuição de Razeto¹⁵, aos poucos na AL se acolhe os conceitos de **Economia Popular de Solidariedade**, **Economia Popular Solidária**, **Economia de Solidariedade** e/ou **Economia Solidária**¹⁶, para caracterizar uma expansiva realidade que se demarca e emerge, entre outras fontes, também da economia popular. Em verdade, é na América Latina, com a obra de Razeto, que se cunha há vinte anos o conceito de ES, esclarece Guerra (2003: 4)¹⁷.

Porém, o marco teórico aqui em construção diferencia claramente a ES do terceiro setor. Distintamente das organizações que assumem a identidade da ES, as entidades do terceiro setor não se caracterizam pela autogestão¹⁸ ao interior das mesmas. Uma das características singulares da ES é ser uma expressão da democratização da economia, não se confundindo com o ressurgimento da filantropia (Wautier, 2003: 110).

A compreensão latino-americana da ES também se distingue da conceituação européia da mesma – a qual é mais tardia, em que pese beber na sua longa e rica tradição da economia social¹⁹ – até porque são processos sociais distintos. Enquanto na Europa o movimento operário impulsionou no começo do séc. XIX formas econômicas solidárias, hoje na AL, de modo geral, a ES não advém do

¹⁵ Além de acadêmico, Razeto é também um ativo apoiador das economias alternativas. Sua principal contribuição reside nos 3 volumes de “Economia de solidariedad y mercado democrático” (1984; 1985; 1988), porém também realçamos as obras publicadas em 1982; 1990; 1990a; 1993a; 2000. Para se ter acesso ao conjunto da obra de Razeto, consultar: <http://www.economiasolidaria.net/>.

¹⁶ Também deve-se registrar o aporte da equipe jesuítica latino-americana de reflexão filosófica que, reunindo-se anualmente a partir da sua constituição em 1981, acaba acolhendo a temática da solidariedade dentro da economia e da cultura popular latino-americana, especialmente com Scannone (1992; 1992a; 1993; 1993a) e Melià (1991; 1993).

¹⁷ No Brasil as primeiras reflexões sobre ES então a denominavam de “Produção Comunitária”, como as produzidas por José Fernandes Dias (1990; 1991; 1992) junto aos trabalhos de assessoria do CEDAC – Centro de Ação Comunitária. Também devemos registrar a precursora reflexão de Singer em 1986, a elaboração de Beatriz Costa et al. (1989), bem como a sistematização de Beatriz Costa; Ildes Oliveira e Paulo Lopes (publicada em 1988), analisando as iniciativas econômico-comunitárias apoiadas financeiramente pelo CERIS (Centro de Pesquisas Religiosas e Investigações Sociais, um organismo da CNBB). Mas, em geral estas primeiras reflexões discutem as alternativas populares enquanto estratégia de sobrevivência dos mais pobres, e não como uma outra economia. A investigação de Lechat (2002) rastreia que o próprio Razeto é o primeiro a usar do conceito ES no Brasil em 1993 numa obra organizada por Gadotti e Gutiérrez (1993).

¹⁸ Entendemos que há autogestão quando “*todos os que trabalham na empresa participam de sua gestão, e todos os que participam na gestão trabalham na empresa*” (Singer, 2003: 120). No Brasil o debate sobre autogestão e ES está posto na obras de Singer e em Tiriba (2001a); Vieitez, Dal Ri (2001); Valle (2002); Nascimento (2000); ANTEAG (2000); Pedrini (1998); Ponte Jr. (2000); Dal Ri (1999); Vieitez (1997).

¹⁹ Também é importante destacar que no mundo europeu a própria obra pioneira de Laville (1994/2001) inspira-se diretamente em Razeto, na medida em que ela própria contém amplo estudo do caso chileno elaborado por Nyssens e Larraechea (p. 177-222), além de mencionar sua ampla e precursora bibliografia.

movimento sindical (o qual inicialmente tinha – e ainda tem – muitas resistências à mesma, ainda que recentemente e de forma progressiva passe a apoiar) mas de distintos setores da sociedade, com relevância para os mais pobres e não representados pelo trabalhismo clássico, alimentando-se nas profundas raízes da nossa cultura, decisivamente apoiados pelas igrejas, grupos libertários e outras entidades. Na AL as experiências de ES também não surgem fundamentalmente do esgotamento do *welfare state*, pois aqui este sempre teve um papel residual, como tampouco em nossas terras ocorreu o esvaziamento tão forte como na Europa das formas econômicas tradicionais fundadas na reciprocidade.

É importante diferenciar os dois grandes vetores que forjam a socioeconomia solidária latino-americana: os derivados daqueles tradicionalmente excluídos do mercado de trabalho e que organizam associações e cooperativas populares solidárias (vetor que temos designado como EPS, na sua concepção mais estrita), e os que surgem de empreendimentos que passaram por situação falimentar e constituíram empresas de autogestão (EAg), constelação onde atuam em particular a ANTEAG e a ADS (ainda que não exclusivamente). Uma vez estabelecidas, e diante da sua nova condição, as EAg se identificam como componentes do campo popular, acabando por se dissolver junto à EPS (e ampliando a conotação da mesma).

Porém, diferentemente das cooperativas e associações populares, por advirem do fechamento das fábricas as EAg estão menos sujeitas ao princípio do solidarismo: em geral seus integrantes foram obrigados pelas circunstâncias a participar do projeto autogestionário. Este não nasce de uma escolha, mas da busca pela preservação dos seus postos de trabalho. Esta é a conclusão de uma recente e longa pesquisa junto às bases da ANTEAG:

“em todos os casos que estudamos, a autogestão jamais foi uma opção política prévia dos trabalhadores. Em sua grande maioria, estes não tinham, nem passaram a ter engajamento político ou sindical. Visavam à sobrevivência e não à transformação política” (Valle et al., 2002: 160).

Evidentemente que uma outra amostra poderia levar a conclusões distintas (pois no Brasil contemporâneo existem clássicos casos de EAg originados de uma luta intensa política e de opções ideológicas prévias, como o da Cooperminas, da Bruscor e da Usina Catende)²⁰, porém ela é reveladora das diferenças do vetor de EAg para com o universo do outro grande componente da EPS.

Como as atividades econômicas solidárias não estão restritas à base popular, mas advém também de outros setores e classes sociais, elas são melhor e mais amplamente classificadas como ES, categoria que abrange também todas as demais formas não populares de solidarismo econômico. O termo EPS tem uma abrangência menor, designando apenas as expressões populares da ES, empobrecendo o fenômeno em tela, pois não dá conta de toda a amplitude envolvida, além de impedir a percepção do complexo entrelaçamento que inclusive permite e é responsável pelo próprio desenvolvimento da EPS. Portanto, ES, enquanto conceito, permite apreender mais adequadamente o heterogêneo conjunto de experiências que constroem uma outra economia com base no apoio mútuo e na democracia.

Porém, em que consiste, afinal, a ES? Encurtando a discussão, a definição de Singer (2002: 10) nos parece bem sugestiva: trata-se de um **“outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”** (grifo nosso). Ela tem a virtude de ir à essência da ES enquanto fenômeno econômico, desnudando sua radical novidade: estamos diante de uma outra economia não capitalista, e não defronte de um subsetor da mesma. Mas, exatamente aí reside também seu limite, pois a ES é mais que um fato econômico.

²⁰ É bom notar que esta pesquisa tem por subtítulo *“O que fazer quando as fábricas fecham”*. Cada um enxerga aquilo que quer enxergar ...

Todavia, esta compreensão de Singer não é consensual. Quijano (2002: 497), por exemplo, discorda desta posição, pois entende que

“não se trata de um ‘modo de produção’ alternativo, mas de organizações ‘não-capitalistas’ aptas a pertencerem a um ‘mercado globalizado, isto é, organizações que se situam mais como alternativas ao desemprego e à pobreza do que como alternativas ao próprio capitalismo”.

Porém Quijano se olvida que estas “organizações não-capitalistas” se entrelaçam em redes de produção e consumo, engendrando uma superação do ethos produtivista e consumista. Não estarão ultrapassando assim a tênue linha demarcatória que separaria as organizações não-capitalistas de um “modo de produção alternativo”?

Gaiger (2002: 2), ainda diante daquela audaciosa formulação de Singer, cautelosamente sugere que “*convém ir devagar com o andor*”. Entende Gaiger que o conceito “modo de produção” refere-se também a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, e que, de fato, em todos os empreendimentos solidários não há mudanças profundas na base técnica do seu processo produtivo em relação à das fábricas capitalistas, mas suas principais diferenças residem em novas relações de trabalho. Sugere então, inspirado em Godelier, que a ES constituiria uma nova **forma social de produção**, contrária à forma social de produção assalariada, e não um modo de produção distinto. Caso o desempenho desta nova forma social venha se mostrar superior, ela engendrará um novo desenvolvimento da base material e, portanto, um novo modo de produção.

Mas, assim como Singer, neste momento Gaiger também prende-se à ES enquanto um fenômeno econômico, não captando o significado que o adjetivo “solidária” traz, o qual vai muito além de qualificar as relações de trabalho. O solidarismo das práticas de ES está a indicar uma outra racionalidade alimentada por um ideário ético-cristão-libertário, imersa e forjadora de um particular estilo de vida (de um modo de ser, pensar, sentir e comportar-se próprio, integrador e includente) que contrapõe-se ao ethos capitalista (conflitivo e excludente). Temos que ir à frente!

Resta também esclarecer qual a relação entre a ES com a economia social, vocábulo mais antigo. Agindo tal qual um “guarda-chuva”, consideramos que o conceito de economia social enquadra o campo ainda mais amplo formado pelas tradicionais cooperativas e associações, mutualidades, fundações não-lucrativas e entidades econômicas voluntárias, somado à nova realidade da ES e suas organizações autogestionárias. Economia social, portanto, engloba a ES, sendo mais precisa e adequada que o conceito de terceiro setor para caracterizar a realidade das atividades econômicas incrustadas no social.

Coraggio (1992: 7), um autor que tem resistido se referir a ES enquanto categoria de análise, a considera, todavia, como “*a corrente ideológica mais significativa a impulsionar a economia social na América Latina*”. Em face desta sua relevância, cabe caracterizar especificamente esta dinâmica vulcânica da nova presença de um radical solidarismo dentro da economia, configurando atividades econômicas como um meio (e não absolutamente autofinalizadas) para atingir uma outra ordem social não submetida à lógica capitalista. E, para isto, economia social também não é o marco conceitual mais adequado para tal.

2.3. Esquemas triádicos e quaternários.

Conceitos são tipos ideais que permitem uma aproximação do real, mas não existem enquanto realidade empírica. Confundir isto é cair no erro da concretude injustificada. Com frequência a clareza dos conceitos tanto acaba nos cegando, quanto lhes dá vida própria, de maneira que acabam prescrevendo um modelo a ser seguido, escapando assim da finalidade para a qual foram elaborados: auxiliar na compreensão de algum fenômeno. Nossa maniqueísta cultura ocidental tem dificuldades em compreender o paradoxo, a ambigüidade, a coexistência de elementos contraditórios. Não parece lógico admitir a contradição: ordem gerada pelo caos? Onda e partícula? Razão e emoção? Sapiens e demens? Cooperação e competição? Mercado Solidário? Ser e não ser?

Parecem absurdos! Dificilmente temos a percepção do Todo, a compreensão do enigma das complexas e misteriosas relações entre aspectos dissociados mas integrados, do vínculo entre todos os elementos. Transformamos a dualidade vital em dualismo, em antinomias que se degladiam irreversivelmente. Se a humanidade é dividida por um lado, é também integrada por outro, formando uma mutante macro-condição unitária.

As fórmulas que captam a ambigüidade do real são sempre superiores: “*É preciso afirmar a comunidade, sem a qual o indivíduo é um ser irresponsável. Mas deve-se também afirmar o indivíduo, sem o qual a comunidade e torna uma abstração opressiva*” (E. Mbaya, 1997: 29); “*As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza*” (B. Santos). O paradoxo é inerente ao mandamento do amor (como se pode ordenar a amar?), lei maior do cristianismo (que pode ser caracterizado como “uma religião de pecadores”): “*amar a Deus sobre todas as coisas e ao teu próximo como a ti mesmo*”. Neste mandamento vemos a complementaridade entre altruísmo e egoísmo, entre cooperação e competição, pois nele se vinculam o amor próprio (auto-interesse) com o amor universal. Na cultura oriental, metáfora do Yin – Yang também expressa que a totalidade é composta da interação de pólos arquetípicos.

Precisamos fugir ao pensamento redutor, unilateral. Nenhuma ação humana é puro cálculo estratégico, ou apenas pura gratuidade, mas, de acordo com Caillé (1998), uma mescla de quatro pulsões irredutíveis e fundamentais da existência social: prazer; interesse; dever; doação (um esquema quaternário). Godbout (1999), em sua ampla investigação sobre a dádiva como um dos fundamentos da vida social, não descuidou de reconhecer que a dádiva nada tem de caridosa, mas faz parte de todo um outro circuito de intercâmbio a serviço dos vínculos entre as pessoas. A economia da dádiva possibilita uma troca não mercantil, nela as pessoas não agem nem por puro desprendimento, nem somente por cálculos de interesse. De resto, o campo da economia solidária, pela sua própria presença, indica que estamos diante de uma realidade profundamente sincrética. Isto é ainda mais relevante no quadro da nossa mutante modernidade híbrida latino-americana, contexto onde as distinções analíticas perdem sua nitidez.

De maneiras distintas, Hirschman (1973), Offe (1999), Habermas (1987) e outros afirmam que a sociedade provém do arranjo de três elementos, que podemos generalizar como: o Estado, o Mercado e a Comunidade, cada qual mobilizando distintas lógicas (razão, interesse, paixão) e maximizando um determinado valor (igualdade, liberdade e identidade/fraternidade)²¹. Como todas estas esferas se entrelaçam, em verdade elas são tipos ideais, categorias teóricas para clarificar o pensamento, mas com a particularidade de constituírem esquemas triádicos. Se a visão tripolar pode induzir erráticamente a estabelecer uma falsa simetria entre três componentes, ela possui, em geral, um valor heurístico superior ao do pensamento dicotômico e binário, uma vez que a ênfase reside na diversidade, no equilíbrio, complemento e nos jogos relacionais e conflitivos entre três elementos. Para K. Jung os números 3 e 4 das terminologias trinitárias (que inclui a divina trindade cristã) e quaternárias devem ser entendidos como arquetípos que expressam a experiência da totalidade, sendo sua soma 7 indicadora do infinito (conf. Boff, 1999: 182).

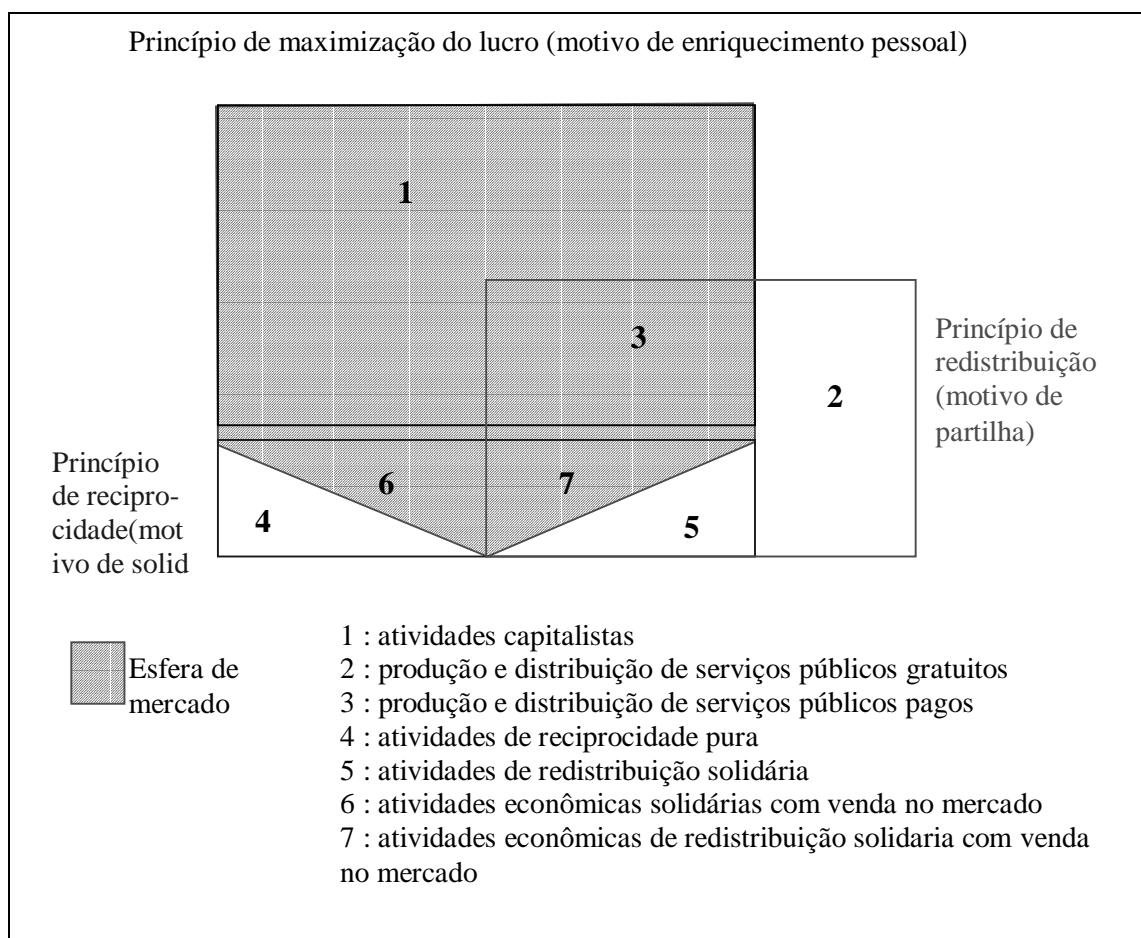
Não se pode absolutizar nenhum princípio que rege o social. Tanto uma total estatização, quanto uma absoluta mercantilização, ou mesmo uma comunitarização plena, seria prejudicial à vida social. Precisamos fugir ao pensamento redutor, unilateral. Assim como o mercado não pode prescindir de algum grau de confiança mútua, também na ação solidária sempre se encontra presente algum grau de interesse, bem como a ação estatal se burocratiza e se torna ineficiente se não estiver permeada por um elemento complementar. Para assegurar que nenhuma dimensão colonize totalitariamente as demais, Offe sugere que a delimitação negativa ajuda a vislumbrar os limites mútuos de cada qual: assim como falamos de organizações “não-governamentais” ou do

²¹ Os clássicos do pensamento político podem ser identificados diferenciadamente com estes princípios: Hobbes (Estado); Locke (mercado); Rousseau (Comunidade).

setor “sem fins lucrativos”, “devíamos nos referir a organizações “não-sectárias”, isto é, tipos de comunidades não-exclusivistas ou não-discriminatórias”.

Um interessante esquema é o elaborado por O. Castel (2003) para a compreensão da EPS nos países do Sul, o qual supera as tradicionais abordagens dualistas (tradicional versus moderno). Partindo da tipologia de Polanyi²², estabelece-se a complementaridade entre os princípios de mercado, da reciprocidade e da redistribuição, de modo que as atividades econômicas são visualizadas conf. o quadro 2.

Quadro2. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS



Fonte: Castel (2003: 3).

Com base naqueles três princípios, e cruzando-os com a esfera do mercado, Castel estabelece uma nova grade de leitura das atividades econômicas nos países do Sul. Nesta temos sete casos possíveis das mesmas, as quais podem ser reagrupadas em três grandes categorias: as atividades capitalistas e/ou de redistribuição (zonas 1, 2 e 3); as de reciprocidade pura (zona 4); e as de economia popular solidária (zonas 5, 6 e 7). Este quadro permite visualizar o caráter plural das formas concretas de ES e sua complexa racionalidade.

Contudo, tal esquema ainda peca por ser um esquema estático, não vislumbrando que a interação das formas econômicas solidárias reformata o próprio mercado e afeta a dinâmica capitalista, na medida em que elas não se resignam a coexistir com as mesmas, mas instauram um outro patamar de racionalidade e de ação econômica fundado na ética e na sustentabilidade. Também é bom

²² Polanyi (1980: 63-68) explicitou quatro princípios que regem a atividade econômica: reciprocidade, redistribuição; da domesticidade e do mercado. Eles configuram as quatro possíveis modalidades de organização social: sociedades igualitárias; sociedades despóticas ou burocráticas; sociedades autárquicas, e sociedades mercantis.

perceber que o quadro de Castel está possuído de um certo purismo, pois pressupõe haver um antagonismo absoluto entre o princípio do lucro e o da reciprocidade, enquanto que apenas o princípio da redistribuição se compatibiliza com os outros dois. Ora, inclusive nas sociedades tribais, revela Sahlins (1970), a gratuidade e o desprendimento unilateral é apenas um caso vinculado ao grupo de parentesco mais próximo, havendo todo um leque de relações que chegam até a formas de intercâmbio onde cada comunidade busca obter o máximo de vantagem. Isto também se constata em cada uma das nossas modernas famílias, pois ao interior das mesmas prima a generosidade e a regra comunista (“cada um dê conforme suas possibilidades, cada um recebe de acordo com suas necessidades”), porém para fora das mesmas prevalecem as regras mercantis nas demais relações que aquelas mesmas pessoas estabelecem.

Do mesmo modo este esquema não comporta que o pólo capitalista possa ser capaz de realizar doações, se comportar solidariamente e se entrelaçar com a EPS, como constatamos abundantemente e é registrado pela controversa literatura sobre o terceiro setor. A experiência denota também que os empreendimentos de ES também não negam completamente a geração de lucro: enquanto um “excedente” este permanece, mas reconceituado enquanto “sobras”, servindo agora como indicador de eficiência da atividade econômica e deixando de ser alvo da busca por sua maximização. Aliás, buscar a eficiência econômica é imprescindível à qualquer sociedade sadia, “*mas converter a eficiência de um instrumento num objeto primário é destruir a própria eficiência*” (Tawney, 1971: 262).

Em verdade este esquema é herdeiro da caracterização que Laville fez em 1994 da ES, onde ele a define como um conjunto de atividades econômicas que atua conforme as normas de reciprocidade e cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado (ao qual se reserva as atividades de redistribuição). Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ainda que ela se distinga também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional, a novidade da ES reside na articulação inédita que ela permite entre as economias mercantis, não mercantis e não monetárias (Laville, 1994/2001: 87). Na Europa, particularmente, ES enquadra as experiências de reinserção sócio-laboral daqueles hoje colocados a margem da economia mercantil pela presente revolução tecnológica e organizacional. O estatuto das empresas de economia social na França, aliás, define as mesmas na medida em que reinserem pessoas em dificuldade (Rouillé, 2002: 126).

Entretanto, se observarmos o aporte predecessor de Razeto, ele vislumbra a ES de uma forma não purista, pois reconhece que o fato das pessoas participarem da mesma não significa que elas “*sejam de fato particularmente generosas e tenham superado todo vestígio de egoísmo*” (1984: 175). Quando identifica a ES pelos “*vínculos integradores, solidários ou comunitários*”, insiste em que não se está afirmar que cada elemento desta “*realize ditos vínculo de forma completa ou adequada*”, pois “*nunca se dá a perfeita realização dos vínculos e valores solidários, ainda que estes possam ser reconhecidos como predominantes*” (Razeto, 1984: 112).

2.4. Afinal, qual a identidade da Economia Solidária?

Ainda que no momento seja amplamente utilizada nos dois lados do Atlântico, a ES tem acepções diferenciadas, mas que possuem um núcleo comum: a “*idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas*” (Singer, 2003: 116). Se a ES permite o reencontro com nossa identidade, ou seja, contribui para o permanente processo de identificação de cada povo, cabe, afinal, não perder de vista uma compreensão mais clara dela própria. É mister romper a barreira epistemológica e conceitual que bloqueia a percepção da especificidade da ES em nossas terras e que a diferencia da europeia e de outros lugares. Está em jogo a identidade (e, portanto, os rumos e a própria

sobrevivência) da nascente ES. Sinteticamente, vislumbramos quatro características principais definidoras da identidade desta utopia concreta e sincrética que é a ES, conforme ela se expressa na Ibero-América:

a) **Autogestão e entranhamento comunal.**

O adjetivo “solidário” tem um peso mais que decisivo: a solidariedade que se busca surge de uma relação face-a-face. Por advirem de uma intensa interação humana, em geral de ordem comunitária e até familiar, os empreendimentos da ES são metabolicamente distintos dos organizados pelo capital. Como neles vige o princípio da autogestão como um elemento central, não são empreendimentos individualistas regidos pela propriedade privada e pelo trabalho subalterno. Trata-se de uma dinâmica econômica geradora de inclusão: é a reprodução da vida de todos os envolvidos que conta, e não meramente o máximo de rentabilização patrimonial.

b) **Territorialidade e sustentabilidade.**

A ES possui raiz, identidade cultural. Ou seja, é formada por pessoas que desejam trabalhar (e consumir os produtos d)ali onde vivem. Com base na participação ativa da população, a ES mobiliza de forma autônoma e responsável os recursos presentes no território, propiciando uma dinâmica de autoconfiança que revigora as identidades locais e a auto-estima social, minimizando a degradação ambiental. A ES se insere numa espécie de “pacto territorial”, ou seja: tem um compromisso com o processo de desenvolvimento local e sustentável (onde cada região é sujeita ativa do seu desenvolvimento). Seus empreendimentos baseiam sua rentabilidade na interconfiança produzida localmente, o que os torna melhor preparados para a dinâmica de longo prazo de um desenvolvimento integral da sociedade.

c) **Redes e parcerias: a intercooperação.**

A articulação entre consumidores, investidores e produtores não apenas gera nichos de mercado para a ES: também desenvolve finanças e cadeias produtivas solidárias, verdadeiros **complexos cooperativos**, como se vislumbra pelo surgimento das redes de Comércio Justo, de Cooperativas de Crédito, bem como pela afirmação do conceito de **preço justo**. (que no fundo é um pacto dos produtores com sua rede de fornecedores e consumidores) Em verdade a alquimia é mais ampla, pois combina a mobilização das forças locais e regionais, com recursos e intercâmbios (inclusive não mercantis) advindos dos planos nacional e internacional, tecendo uma intrincada rede que se comporta como um autêntico movimento social²³ pelo seu caráter ativo e propositivo de mudanças sistêmicas.

Estas 3 primeiras características geram um processo de **empoderamento**, de fortalecimento da sociedade civil local (conf. Friedmann, 1996), levando a uma outra economia solidamente comprometida com o território e sua população, uma economia inserida entre os limites ecológicos e éticos, preparando-a para atravessar o mercado sem se seduzir pelo seu canto de sereia²⁴. Dessa forma, a ES que estamos analisando não fica restrita aos muros fechados das relações de proximidade e não monetárias, mas está vocacionada e desafiada a ser um elemento dinamizador de uma sociedade aberta, cosmopolita e mais igualitária.

²³ Diante da verdadeira “onda” da ES que hoje estamos a viver, cabe falar no “movimento da ES”. Nesta perspectiva, a ES, por ser uma prática “sóciopolítico-cultural e econômica” está a agregar mais um elemento na definição de Scherer-Warren (1999: 15) sobre “movimento social”, ampliando-a: “*um conjunto mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político (...)*”.

²⁴ Nem por isto a ES, como tudo que é humano, deixa de estar sujeita à processos de degeneração, de evolução regressiva ao estatuto capitalista, como nos exemplifica a histórica em abundância.

d) Inserção no Mercado.

Ainda que rompa com o fundamentalismo de mercado, a ES afirma-se sem a tutela do Estado, não trilhando os caminhos do socialismo estatista e autoritário. Isto a distingue dos dois grandes projetos ideológicos do séc. XX. Ao se inserir no mercado, a ES percebe-o não abstrata e miticamente, mas como uma construção humana com papel historicamente civilizador que assume peculiaridades conforme época e lugar. A ES se caracteriza, portanto, por buscar a eficiência em situações de mercado, porém preservando relações internas igualitárias e democráticas, e sem perder de vista o solidarismo que norteia a articulação política entre seus atores.

Assim como a ascensão do capitalismo modificou o funcionamento dos mercados, fazendo surgir a hegemonia do princípio das trocas individualistas e competitivas (onde um ganha e outros perdem), o advento da ES também está a modificar, mais uma vez, o mercado, reinstaurando as trocas cooperativas, complementares e sinérgicas onde todos ganham. A sinergia do jogo cooperativo é a única a gerar uma soma maior que zero. Redefine-se o caráter da própria competitividade: esta volta a banhar-se nos referenciais éticos, humaniza-se e emociona-se.

Diferentemente do grande mercado anônimo, forja-se um mercado solidário (ou democrático), o qual se ergue sobre relacionamentos humanos cara-a-cara onde as escolhas morais são mais evidentes. A realidade do mercado solidário configura uma nova relação entre os produtores e a comunidade consumidora (garantindo importantes nichos de mercado). Todavia, as mercadorias da ES também circulam para além das feiras e mercados locais, inserindo-se no grande mercado, no qual estão ainda sujeitas ao fetichismo da mercadoria. Apesar da ES estar a construir um outro mercado submetido ao controle social, algum grau de fetiche sempre estará presente.

2.5. Socioeconomia solidária!

Razeto (1984), ao dar gênese à categoria ES, já a caracterizou como entranhada no mercado, encontrando-se combinada “*com as relações de intercâmbio ou de distribuição hierárquica*”, ainda que estas estejam presentes “*em proporções menores*” (Razeto, 1984: 159). As pesquisas de Gaiger também o levam a afirmar que “*a força das iniciativas empresariais solidárias reside no fato de combinar, de forma original, o espírito empresarial e o espírito solidário*” (Gaiger, 1999: 199). Este é o elemento central e original da ES. A barroca coexistência da cooperação com competição (cooperação competitiva), a ambigüidade da presença simultânea dos valores substantivos e mercantis, é uma característica fundamental da ES em solo americano (e que desnorteia os marcos de análise cartesianos). Ela está duplamente inserida tanto dentro do marco da sensibilidade, quanto do marco da razão, configurando uma outra racionalidade (melhor compreendida por uma lógica dialógica ou contraditorial).

A tipologia estabelecida por Laville e outros acaba por privilegiar uma afirmação demasiadamente esquemática, e, portanto, purista e mitificadora da ES, pois preserva para a ES as atividades de reciprocidade, situando o específico da mesma nas dimensões não monetárias, não vislumbrando que as unidades de ES também são capazes de estabelecer com terceiros relações mercantis clássicas. De nossa parte, constatamos que a ES ibero-americana tem uma natureza ambivalente, perfazendo uma realidade simbiótica, barroca, onde os valores instrumentais e substantivos se amalgamam, estão imbricados formando uma *coincidentia oppositorum*²⁵. Em verdade eles sempre coexistiram, porém presentemente na sociedade moderna, em geral, os valores utilitaristas

²⁵ No minucioso estudo sobre a COOPERN (Cooperativa dos Professores do Estado do Rio Grande do Norte), fundada em 1996 com 45 cooperados, Souza et al. (2003) constatam que esta é norteada pela sincronia entre a racionalidade instrumental – presente na “*sintonia com as demandas do mercado na gestão administrativa, a preocupação com a qualidade da infra-estrutura e com o aperfeiçoamento da qualificação profissional, além do recebimento de mensalidades para fazer frente a estas necessidades*”) e a substantiva – visível no “*emprego da pedagogia Freinet e da doutrina cooperativista, que privilegiam a solidariedade, o diálogo permanente e a participação nas decisões*” (ibid.: 14).

prevalecem. O diferencial da ES é que nela há a predominância da racionalidade substantiva. Não se pode no mundo econômico-empresarial abandonar as exigências da eficiência e eficácia, mas pode-se reenquadrá-las enquanto “efetividade” e “eficiência sistêmica” de modo a superar o razeante cálculo utilitarista, através da incorporação do cálculo das consequências societárias e ambientais da ação econômica. Desta ambígua e paradoxal síntese emerge a ação econômica sensível, humana, a *ratio cordis* da ES.

Sendo a afirmação de uma outra racionalidade (e não meramente uma estratégia de inclusão dos excluídos), as emergentes experiências de ES não podem ser avaliadas apenas pela sua dimensão econômica, nem ficarem confinadas enquanto um segmento da economia, pois elas constituem também um amplo movimento social, estando triplamente inscrita tanto na esfera econômica, quanto social e política na medida em que são formas de produzir e consumir competitivas, inclusivas e emancipatórias, democratizando as instituições e relações de poder dominantes. Ela é parte, portanto, de um processo maior com múltiplas dimensões, exigindo a construção de um conceito (bem como indicadores) mais apropriado.

Conforme constatamos em suas experiências concretas, a ES não se contenta em ser simplesmente um organismo econômico, não cabendo num enfoque meramente funcional. Mais que um outro modo de produção, ela se insere num outro *ethos*: ela é um modo de vida que não se coaduna com o fundamentalismo mercantil. Entretanto, a expressão “economia solidária” bloqueia a compreensão da totalidade desta novidade (que gravita no conceito de solidariedade e seu “casamento” com o conceito “economia”), pois nela a solidariedade é utilizada meramente como adjetivo qualificativo e não como conceito fundamental e termo de referência básico. Economia Solidária é um conceito onde o adjetivo “solidária” está a qualificar o substantivo “economia”, e, como sabemos, o eixo de uma expressão reside sempre no substantivo. Assim, por mais que represente uma novidade, o vocábulo ES acaba remetendo, em última instância, para o campo da economia. Porém, ocorre que solidariedade – e a ES – não pode ser definida meramente em termos econômicos.

Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular, Economia Popular Solidária, Economia Social e Solidária, Economia Moral, Economia de Comunhão, Economia Alternativa, Economia Cidadã, Economia Humana, são termos recorrentes no debate. Na procura por compreender esta “outra” economia, o esforço de reconceituação sempre descobre e incorpora novos adjetivos (revelando a carência do conceito) que qualificam o essencial, o permanente substantivo: economia, uma idéia poderosa e trágica quando autofinalizada.

Por serem formas de trabalho distintas do individualismo econômico e que não buscam exclusivamente a valorização e o acúmulo incessante, mas a cidadania e a realização humana, esta realidade da ES é melhor conceituada como SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. Conforme está inscrito etimologicamente, “socioeconomia” explicita tanto o amálgama da economia na sociedade, quanto a sua subordinação à mesma, expressando a compreensão de que “a economia não é o fim supremo” mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana²⁶.

Estamos tratando de uma outra economia mais integrada com a natureza e com a sociedade, portadora de uma racionalidade mais substantiva. São atividades que simultaneamente reforçam o pertencimento social a uma comunidade, gerando trabalho e renda, rompendo com a lógica da mera adaptação à forma mercantil fundamentalista. Recupera-se aqui o sentido original da economia: o cuidado da casa. Ressoa, portanto, a milenar distinção aristotélica entre economia e crematística. Uma outra economia voltada para o sustento da vida e do ser humano como membro da

²⁶ O Documento de Trabalho derivado do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias (Porto Alegre, agosto de 1998), traz a seguinte definição: “A *socioeconomia solidária* é um modo de viver que abarca a integralidade do ser humano. Adotamos este termo porque ele designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano” (PACS, 1998: 5).

comunidade envolve uma ruptura com o economicídio moderno e uma reconceituação da própria categoria economia, bem como uma outra compreensão sobre desenvolvimento, riqueza, mercado, moeda ...

A socioeconomia solidária implica romper com a soberania atribuída à economia (e ao mundo do trabalho) pelo imaginário modernista. Apesar de reconhecer a importância do trabalho para a condição humana, a SES compreende que o trabalho não é a única via de humanização. Assim nos libertamos da prisão maniqueísta entre os que proclamam o fim do trabalho e sobre-enfatizam o discurso do tempo livre; e os que reafirmam a centralidade do trabalho na vida social.

A expressão socioeconomia hoje é amplamente difundida a partir da obra de Etzioni, o qual fundou em Harvard em 1989 a Sociedade para o Avanço da Socioeconomia (SASE)²⁷, estando profundamente vinculada ao pensamento comunitarista. Entretanto, nos filiamos a uma apropriação desta categoria que surge aqui na AL, diferenciada desta abordagem marcadamente norte-americana e europeia, colocando-a distante do comunitarismo filosófico de Taylor ou Walzer. Na arguta avaliação de Guerra (2002: 17), o nosso comunitarismo é “*mais sociológico*”, fincando raízes não apenas em nosso próprio leito histórico e no aporte da economia descalça e na escala humana do chileno Max-Neef (1982/1986; 1986/1993), mas também no personalismo comunitário de Mounier, na economia humana de Lebert (1897-1966), e na doutrina social cristã; bem como no comunitarismo de Buber (1878-1965), no comunitarismo de Tönnies “*que pretendia romper com a racionalidade capitalista*”, e nos movimentos autogestionários e libertários. Entretanto, “*compartilhamos com os filósofos comunitaristas seu caráter marcadamente anti-individualista*” (Guerra, 2002: 17), bem como, particularmente com a SASE, a idéia central de que toda economia se acha imbricada numa sociedade, ou seja: a racionalidade econômica está intimamente ligada à dimensão moral, e, portanto, por ser atravessada pelas emoções e valores, carece ser orientada por uma perspectiva meta-econômica.

2.6. Economia Solidária: Similia, similibus curentur.

Uma pista para pensar o paradoxo da socioeconomia solidária é o forte paralelo entre a mesma com os processos terapêuticos da natureza, com a lógica da reprodução e transformação da vida²⁸. Assim como a homeopatia²⁹, a SES parte do princípio da cura por semelhança de sintomas: “*similia similibus curentur*”. Ou seja, o mal se cura através de agentes que produzem sintomas semelhantes (o veneno se combate com veneno). Ora, a socioeconomia solidária usa, a partir de doses mínimas (da pequena escala, do local), “homeopáticas”, o mercado, a empresa, o dinheiro, como principais instrumentos da sua luta antisistêmica.

Em termos filosóficos, este é um argumento que se enquadra no campo das paixões contrapostas (Hirschman, 1979). Neste terreno reside um dos principais argumentos teóricos pelo qual o capitalismo é louvado. Um dos postulados centrais do pensamento liberal, a transformação dos vícios privados em benefícios públicos, invocada por Mandeville na Fábula das Abelhas (1705), se apresenta convicto de ser uma teoria realista da natureza humana que reconhece a força das paixões, não buscando reprimi-las através da condenação de uma exortação moralista ou do apelo à coerção. Pressupõe-se aqui que um vício (no caso a avareza ou ânsia por dinheiro e bens materiais) pode exercer ação refreadora sobre outros (seja a luxúria, seja o desejo de poder). A força do argumento é que o capitalismo teria cumprido um certo papel civilizatório ao mobilizar as paixões em proveito de um propósito social mais elevado. Admitida a realidade de que somos seres apaixonados, conduzidos por impulsos, a melhor forma de controlar o caráter incontrolável e destrutivo das

²⁷ Amplas informações estão disponíveis no sítio <http://www.sase.at>. Sobre esta perspectiva ver também Etzioni (1999); Pérez A. (1997).

²⁸ A escolha de um modelo nunca é inocente: as metáforas mecanicistas não são mais inócuas que as organicistas.

²⁹ Agradeço à Ivam Kurtz ter me apontado este paralelo.

paixões é através do princípio da paixão equivalente contrária, ou seja, através da estratégia de jogar paixão contra paixão (ver Hirschman, 1979).

Outra pista interessante está na concepção chinesa da eficácia, a qual difere em muito da que herdamos da cultura grega. Ela parte do princípio de que o mundo é constituído por situações em evolução, de que tudo é um processo e evolui sem cessar. “*A verdadeira eficácia está em nos juntarmos à propensão das coisas, em vez de impor um plano próprio*” (Julien, 1998: 169). Trata-se, como no judô, de usar a força do adversário para derrubá-lo (ou seja: fazer do problema uma solução). Um rio não se para com uma prancha, lembra Attali.

Um outro princípio da homeopatia (n.27) preza que

“a potência curativa dos medicamentos depende de seus sintomas semelhantes ao da enfermidade, porém superiores a ela em força. Então cada caso individual de enfermidade é destruído e curado da maneira mais segura, radical e permanente, apenas por meio de medicamentos capazes de produzir a forma mais similar e completa a totalidade de seus sintomas e que ao mesmo tempo sejam mais fortes que a enfermidade” (Hahnemann, 1979: 40).

Aqui reside um grande desafio do empreendedorismo solidário: superar a lógica capitalista autista demonstrando que é superior ao empreendedorismo individualista. A tese é que a atuação solidária dos agentes econômicos propiciaria “*economias e ganhos de solidariedade*” (Tauile, 2001: 13). Se a confiança e a cooperação são funcionais à eficiência da empresa, então pode-se concluir que uma empresa mais democrática seja mais eficiente? São, de fato, os empreendimentos solidários mais competitivos? Afinal, há uma eficiência coletiva, inexistente na empresa capitalista, obtida pela atuação concatenada dos agentes da ES?

Após um amplo balanço sobre os empreendimentos autogestionários no Brasil contemporâneo, concluem Valle, Soto e Maciel (2002: 159) que “*o caminho próprio das empresas de autogestão é a busca da eficiência pela cooperação*”, e não pelas formas de controle capitalistas típicas. É importante considerar que as presentes tendências das transformações organizacionais que estão a perseguir a diminuição dos níveis hierárquicos dentro das firmas apontam para o horizonte da autogestão, ou seja, a eliminação total da hierarquia.

Para Hodgon (1994), embora todas as empresas careçam de algum nível de confiança e lealdade, as que promovem estes atributos a um nível mais elevado têm maior probabilidade de ser mais eficientes. Entretanto, a competitividade e viabilidade das empresas autogeridas num mercado global ainda é controversa, ainda que elas estejam a responder com eficiência às condições de uma economia fragmentada e volátil, como demonstram as pesquisas empíricas (Gaiger et al., 1999; Peixoto, 2000; Brusque et al., 2002). Se os preços incorporarem custos sociais e ambientais que hoje não estão computados, os empreendimentos solidários apresentam vantagens competitivas dentro de um mercado pautado por padrões éticos e ecológicos.

Claro que o próprio conceito de eficiência deve ser reenquadrado: a economia solidária, por agregar outras dimensões para além da busca de lucro, deve ser avaliada pelo conceito da **competitividade sistêmica** – que envolve as dimensões social e ambiental, e não apenas a econômica (Esser et al, 1995), além de exigir outros padrões de política fiscal. O trabalho consorciado amplia a noção de eficiência, relacionando-a

“à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se da racionalidade capitalista – que não é solidária e tampouco inclusiva – e da solidariedade popular comunitária – desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho sócio-econômico que não seja circunscrito e marginal. O solidarismo mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos.” (Gaiger, 2002: 7). “*A eficiência sistêmica evoca outra racionalidade, orientada à satisfação das necessidades e à realização das aspirações humanas*”, conclui Gaiger (2003: 129).

Aos poucos, as exigências de uma nova economia vão se impondo e podem predominar no longo prazo, circunscrevendo e restringindo a hoje predominante competitividade espúria que engendra a competição predatória entre empresas, cidades e regiões, gerando uma autêntica guerra fiscal entre estas. Neste cenário, a ES estará altamente qualificada para ser o agente econômico hegemônico.

Rompendo com o trabalho alienado, a socioeconomia solidária promove a cultura cooperativa e da autogestão, forjando indivíduos livres e autônomos. A SES, além de uma forma de produzir, comercializar e consumir, é uma forma de produzir a vida, de produzir a si mesmo, é produtora de subjetividades livres. Aliás, o capitalismo globalizado também produz subjetividades ativas e aparentemente autônomas, e não apenas mercadorias.

BIBLIOGRAFIA.

Arruda, Marcos (1997). Globalização e sociedade civil. Repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Disponível na Internet: www.alternex.com.br/~pacs.

Barea T., José; Monzón, José, dir. (s.d.). *La economía social en Españ en el año 2000*. Valencia: CIRIEC.

Betto, Frei (2000). Como deixar-se moldar pelo sistema. *Caros Amigos*, n. 42, setembro.

Boff, Leonardo (1999). *Saber cuidar*. Petrópolis: Vozes.

Brusque Cámara, Sebastián; Hernández Ortiz, M^a; Vargas Sánchez, Alfonso; Moyano Fuentes, José (2002). Son más competitivas las sociedades cooperativas? Un análisis en el sector de la distribución farmacéutica. *CIRIEC-ESPAÑA, Revista de economía pública, social y cooperativa*, n. 42.

Cailé, Alain. (1998). Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (38).

____ (2002). *Antropologia do Dom. O terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes.

Castel, Odile (2003). *La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans*

***les pays du Sud*. Toulouse: Communication aux Troisièmes Rencontres du Réseau Inter**

Universitaire d'Économie Sociale et Solidaire "L'innovation en économie solidaire", 4,

5 et 6 mars.

Chaves, Rafael (1997). Economía política de la economía social. Una revisión de la literatura económica reciente. *CIRIEC-ESPAÑA, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 25, abril.

____ (1999). La economía social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica. *CIRIEC-ESPAÑA, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 33.

Coraggio, J. (1991). *Ciudades sin rumbo. Investigación urbana y proyecto popular*. Quito: CIUDAD-SLIAP.

____ (1994). *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis.

____ (1995). *Desarrollo humano, economía popular y educación*. Buenos Aires: Rei Argentina – Inst. De Estudios y Acción Social – Aique Grupo Editor.

____ (1996). *Desenvolvimento humano e educação*. SP: Cortez – Inst. Paulo Freire.

____ (1999). *Política social y economía del trabajo*. Buenos Aires/Madrid: Univ. Nac. General Sarmiento – Niño y Dávila.

____ (2002). *La economía social como alternativa estructural*. Disponível na página web: <http://www.urbared.ungs.edu.ar/>.

Cortina, Adela (1994). *La ética de la sociedad civil*. Madrid: Anaya.

Costa, Beatriz; Oliveira, Ildes; Lopes, Paulo (1988). *Projetos econômicos: contribuições*

- para o debate*. Rio de Janeiro: CERIS.
- Costa, Beatriz; Sales, Ivandro; Castanha, Carlúcio; Lara, Francisco (1989). Produção associada: pensares diversos. *Cadernos de educação popular* 15. Vozes – Nova.
- Dias, José F. (1990). *Produção comunitária: a utopia concreta*. Rio de Janeiro: CEDAC (mimeo).
- ____ (1990). *Produção comunitária, celebrando a vida e decifrando o mundo*. RJ: CEDAC (mimeo).
- ____ (1991). *Mini-projetos alternativos, a utopia possível*. Rio de Janeiro: CEDAC (mimeo).
- ____ (1991). *Comercialização direta & engajamento nos movimentos sociais urbanos*. Rio de Janeiro: CEDAC (mimeo).
- ____ (1992). *Proposições para uma economia sustentável*. RJ: CEDAC (mimeo).
- Díaz, Carlos (1995). *Vocabulario de formación social*. Valencia: EDIM.
- Esser, Klaus; Hillebrand, Wolfgang; Messner, Dirk; Meyer-Stamer, Jörg (1995). Competitividad Sistémica. *Textos de Economía*, n. 6.
- Etzioni, Amitai (1999). *La nueva regla de oro. Comunidad y moralidad en una sociedad democrática*. Barcelona: Paidós.
- Fernandes, Rubem (1994). *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- ____ (1995). Elos de uma cidadania planetária. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.
- Friedmann, John (1996). *Empowerment. Um política para o desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta.
- Gadotti, Moacir; Gutiérrez, Francisco (1993). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez.
- Gaiger, Luiz Inácio (1999). La solidaridad como una alternativa económica para los pobres. *CIRIEC-ESPAÑA, Revista de economía pública, social y cooperativa*, n. 31.
- ____ (2002). *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. São Leopoldo: UNISINOS (relatório de pesquisa).
- ____ (2003). Eficiência sistêmica. In: Cattani (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Godbout, J. (1999). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV.
- Guerra, Pablo (2002). *Socioeconomia de la solidaridad*. Montevideo: Nordan.
- ____ (2003). *Economía de la solidaridad: construcción de un camino a veinte años de las primeras elaboraciones*. Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE). Terceras Jornadas de Historia Económica. Montevideo, 9 al 11 de julio.
- Habermas, Juergen (1987). A nova intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*, 18.
- Hahnemann, Samuel. (1979). *Organon de la medicina*. Santiago de Chile: Ed. Hochstetter.
- Hirschman, Albert (1973). *Saída, voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva.
- ____ (1979). *As paixões e os interesses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ____ (1986). *El avance en colectividad. Experimentos populares en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Hodgon, Geoffrey (1994). *Economia e instituições*. Oeiras: Celta.
- Jeanet, Thierry (1999). *La economía social europea. O la tentación de la democracia en todas las cosas*. Valencia: CIRIEC.
- Julien, F. (1998). A arte do desvio. In: E. Morin; I. Prigogine, *A sociedade em busca de valores*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Laville, Jean-Louis, dir. (2001). *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, (1ª ed. 1994).
- Lechat, Noëlle (2002). *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Campinas: UNICAMP (palestra no II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, dia 20 de março).
- Leff, Enrique (2000). *Ecologia, capital e cultura*. Blumenau: FURB.
- Lipovetsky, Giles (1994). *O crepúsculo do dever*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lisboa, Armando (1997). Economia popular. In: Enderle, G. et al. *Dicionário de ética econômica*. São Leopoldo: UNISINOS.
- ____ (1999a). *Empresa cidadã: nova metamorfose do capital?* Florianópolis: Cidade Futura

- (Caderno Outros Valores, n. 1).
- Martínez A., Joan (1998). *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB.
- Max-Neef (1986). *La economía descaalza. Señales desde el mundo invisible*. Montevideo: Nordan – CEPAAUR.
- ____ (1993). *Desarrollo a escala humana*. Montevideo: Nordan.
- Mbaya, Etienne-Richard (1997). Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. *Estudos Avançados*, 11 (30).
- Meliá, Bartomeu (1991). Culturas indígenas e evangelização: desafios para uma missão libertadora. In: Suess, P. (org.). *Culturas e evangelização*. São Paulo: Loyola.
- ____ (1993). La reciprocidade de palabras en los guaraníes y la economía de reciprocidad. In: Scannone, J.; Perine, M., org. *Irrupcion del pobre y quehacer filosofico. Hacia una nueva racionalidad*. Buenos Aires: Bonem.
- Monnier, Lionel; Thiry, Bernard, dir. (1997). *Cambios estructurales e interés general. Hacia nuevos paradigmas para la economía pública, social y cooperativa?* Valencia: CIRIEC.
- Montaño, Carlos (2002). *Terceiro Setor e questão social*. São Paulo: Cortez.
- Montolio, Jose (2002). Economía social: concepto, contenido y significación en España. *CIRIEC-ESPAÑA, Revista de economía pública, social y cooperativa*, n. 42
- Nascimento, Cláudio (2000). *Autogestão e economia solidária*. Florianópolis: Cidade Futura (Caderno Outros Valores, n. 2).
- Negri, Antonio; Hardt, Michel (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Núñez, S. Orlando (1996). *La economía popular asociativa y autogestionaria*. Managua: CIPRES.
- Offe, Claus (1999). A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: Pereira; Wilhelm; Sola (org.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP.
- PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (1998). *Construindo a socioeconomia solidária do espaço local ao global*. Rio de Janeiro: PACS.
- Paoli, Maria C. (2002). Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: Santos, B. (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pedrini, Dalila (1998). *Entre laços e nós. Associativismo-autogestão-identidade coletiva. A Empresa Alternativa de Produção Socializada – EAPS – Brusque – SC*. São Paulo: PUC (tese de doutoramento em Serviço Social).
- Peixoto, José A. (2000). Autogestão: um modelo alternativo de reestruturação da produção. In: Ponte Jr., O. (org.) *Mudanças no mundo do trabalho; cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão.
- Pérez Adán, José (1997). *Socieconomia*. Madrid: Trotta.
- Pérez Fernández, Edmundo (2002). La participación como elemento constitutivo de las empresas de la nueva economía social. *CIRIEC-ESPAÑA, Revista de economía pública, social y cooperativa*, n. 40.
- Polanyi, Karl (1980). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.
- Quijano, Aníbal (1989). La nueva heterogeneidad estructural de América Latina". In: Sonntag, H. (ed.). *¿Nuevos temas, nuevos contenidos?* Caracas: Nueva Sociedad.
- ____ (1998). *La economía popular y sus caminos en America Latina*. Lima: Mosca Azul.
- ____ (2002). Sistemas alternativos de produção? In: B. Santos (org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro.
- Razeto, Luis (1982). *Empresas de trabajadores y economía de mercado. Para una teoría del fenómeno cooperativo y e la democratización del mercado*. Santiago: PET.
- ____ (1984; 1985; 1988). *Economía de solidaridad y mercado democrático*. Santiago de Chile: Academia de Humanismo Cristiano (3 volumes).

- ____ (1990). *Economia popular de solidaridad*. Santiago: Programa de Economía del Trabajo.
- ____ (1990a). *Las empresas alternativas*. Santiago: PET.
- ____ (1993). Economia de solidariedade e organização popular. In: Gadotti e Gutiérrez, *Educação comunitária e economia popular*. S. Paulo: Cortez.
- ____ (1993a). *Los caminos de la economía de solidaridad*. Santiago: Vivarium.
- ____ (2000). *Desarrollo, transformacion y perfeccionamiento de la economía en el tiempo*. Santiago: Univ. Bolivariana.
- Rifkin, Jeremy (1995). *Fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books.
- Rouillé d'Orfeuil, Henri (2002). *Economia cidadã*. Petrópolis: Vozes.
- Sahlins, Marshall (1970). *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Salamon, Lester; Anheier, Helmut (1992). In search of the nonprofit sector: the question of definitions. *Voluntas*, 3 (2).
- Santos, Milton (1979). *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ____ (2000). Entrevista. *Valor*, 14-16 de julho.
- Scannone, Juan (1992). Fé cristã e filosofia hoje na América Latina. *Síntese Nova Fase*, n. 56.
- ____ (1992a). Hacia una filosofía a partir de la sabiduría popular. In: Ellacuría, I.; Scannone, J. (comp.). *Para una filosofía desde America Latina*. Bogotá: Universidad Javeriana.
- ____ (1993). La irrupción del pobre y la lógica de la gratuidad. In: Scannone, J.; Perine, M., org. *Irrupcion del pobre y quehacer filosofico. Hacia una nueva racionalidad*. Buenos Aires: Bonem.
- ____ (1993a). Para uma filosofia inculturada na América Latina. *Síntese Nova Fase*, n. 63.
- Scherer-Warren, Ilse (1999). *Cidadania sem fronteiras*. São Paulo: Hucitec.
- Simmel, Georg (1977). *Filosofia del dinero*. Madrid: Centro de Estudios Politicos y Constitucionales.
- Singer, Paul (1986). A estratégia da sociedade civil no combate ao desemprego. *Cadernos do CEAS*, n. 101.
- ____ (1998). *Globalização e desemprego*. SP: Contexto.
- ____ (2002). *Introdução à Economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- ____ (2002a). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. (org.). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- ____ (2003). Economia solidária. In: Cattani (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Singer, Paul; Souza, André R. (2000). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Soto, Hernando (1987). *Economia subterrânea. Uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo.
- Swift, Jonathan (1993). *Modesta proposta para evitar que as crianças da Irlanda sejam um fardo para os seus pais ou para o seu país*. Porto Alegre: Paraula.
- Tawney, R. H. (1971). *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva.
- Teixeira, Gisele (2003). Mel coletado por índios chega ao varejo. *Gazeta Mercantil*, 3 de julho.
- Tévoédjré, Albert (1981). *A pobreza, riqueza dos povos. A transformação pela solidariedade*. São Paulo: Cidade Nova; Petrópolis: Vozes.
- Tiriba, Lia (2001a). *Economia popular e cultura do trabalho*. Ijuí: UNIJUÍ.
- Valle, Rogerio, org. (2002). *Autogestão. O que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Valle, R.; Souto, L.; Maciel, V. (2002). Conclusões. In: Valle, Rogerio, org. *Autogestão. O que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- Vietez, Cândido, org. (1997). *A empresa sem patrão*. Marília: UNESP.
- Vietez, Cândido; Dal Ri, Neusa (2001). *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Wallerstein, I. (2001b). *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto,.
- Wautier, Anne M. (2003). Economia social na França. In: Cattani (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Wolfe, Alan (1991). Três caminhos para o desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil. In: Weffort, F. et al. *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: IBASE.